2 ATIVIDADE TURÍSTICA: ESTRATÉGIA CAPITALISTA DE PROPRIAÇÃO E DOMINAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

2.1 Turismo de Segunda Residência.

Apresentar uma definição conceitual precisa do termo Turismo, não é o objetivo desse trabalho, mesmo porque, por sua multidisciplinaridade, muitas são as interpretações acerca desse fenômeno sócio-econômico, o que tem gerado controvérsias generalizadas.

De acordo com ASSIS (2001, p. 103), o Turismo é uma atividade complexa que nas suas múltiplas relações, econômicas, sociais, políticas e cultuais, vem difundindo-se no mundo de forma acelerada, movimentando capitais de grandes proporções e superando atividades tradicionais como a indústria e a agricultura.

Conforme LAGE e MILONE (2001, p.44), para muitos especialistas, Turismo são as viagens para as regiões que distanciam mais de 80 quilômetros dos locais de residência. Outros especialistas ao conceituar Turismo, exigem que os viajantes permaneçam mais de 24 horas nos locais visitados. Algumas definições mais tradicionais incluem somente viagens de férias e de outras motivações como, por exemplo: de estudo, de eventos, de esportes, de saúde, de religião, de compras, de visita a amigos e parentes, etc. Algumas incluem, outras não, as viagens de negócios como Turismo.

Conforme as entrevistas[19] realizadas com habitantes tradicionais da área de estudo, descobriu-se uma caracterização totalmente econômica sobre o Turismo. De forma subjetiva, grande parte dos entrevistados, conceituaram o termo como uma indispensável fonte de renda, capaz de promover riqueza a partir de volumosos fluxos financeiros aos serviços prestados ao turista na promoção de passeios, *camping*, e atividades náuticas como a pesca, por exemplo.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001, p.38), define o termo como: “as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em

[19] Ao longo da pesquisa (desde 2007) foram entrevistadas 14 famílias de ex-ilheus, que possuíam um contato direto com o PNIG. e acompanharam grande parte do processo histórico de constituição do Parque enquanto uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Além disso, 01 família de atuais ilhéus concedeu-nos também a entrevista.

lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios e outras".

O termo Turismo é originário do francês, cuja raiz expressa *tour*, que significa *volta*, quando definido pelo dicionário Globo, a palavra é associada a viagem ou excursão feita por prazer, a locais que despertam interesse.

De acordo com RODRIGUES (1997, p. 81), o hábito de viajar remonta a um período mais antigo do que a polissemia que a sua expressão sugere. "A viagem para lazer já era conhecida na Antiguidade clássica, quando representantes das classes urbanas mais privilegiadas do Império Romano possuíam duas residências – uma na cidade outra no campo".

Conforme explica SILVA (2006, p.21), de fato o ato de viajar há muito vem ocorrendo na sociedade, mas o Turismo, como se conhece na atualidade, é uma atividade típica da sociedade urbana-industrial, isso porque o grau de complexidade envolvido hoje em sua produção e reprodução é tamanho, que não é mais possível entendê-lo somente a partir da idéia de deslocamento ou do simples ato de viajar.

Segundo o mesmo autor, o Turismo é um fenômeno cujas características são reflexo da organização social e, portanto, mostra-se diferente no tempo histórico e no espaço, além disso, afirma que as condições sócio-político-econômicas e culturais são o que favorecem ou não o seu desenvolvimento.

A caracterização do turismo poderia ser realizada em denso e extenso trabalho, contudo, neste trabalho em específico, dois atributos somente serão mencionados com relação direta à residência secundária, conforme aponta GARCIA (2006, p.1051) tais atributos são:

- Sazonalidade: um grande número de pessoas viaja em períodos coincidentes regularmente, e este espaço de tempo é nomeado como "alta temporada".

- Reincidência do turista: embora inúmeros destinos sejam ofertados, muitas pessoas, por razões diversas, preferem retornar à lugares que adquiriram alguma afinidade. Nas palavras da autora:

> Quando as pessoas elegem um lugar específico que vai ao encontro de suas motivações e retornam freqüentemente (férias anuais, feriados, finais de semana) tomam a atitude de adquirir uma propriedade para usufruir deste tempo com maior comodidade. A residência secundária é a conseqüência de viagens de curta distância e de alta freqüência para o

> mesmo destino. Normalmente o destino é eleito pela família e consegue suprir as divergentes expectativas no momento de lazer. GARCIA (2006, p.1051)

De maneira geral a atividade turística é formada por uma série de bens e serviços ofertados ao consumidor desde o núcleo emissor (quando se prepara para a viagem), nas áreas de deslocamento (conjunto de infra-estrutura que facilita o movimento), e principalmente no núcleo receptor (destino provido de hotéis, restaurantes, entretenimento, etc.) onde se encontra o atrativo.

O Turismo de segunda residência foge á tais características básicas da atividade, pois consiste em um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar. Segundo BECKER (1995, p.10), *In* ASSIS (2003, p. 110):

> No Brasil, o aparecimento do fenômeno da segunda residência dá-se na década de 1950 sob a égide do nacional-desenvolvimentismo que foi responsável pela implantação da indústria automobilística, pela ascensão do rodoviarismo como matriz principal dos transportes e pela emergência de novos estratos sociais médios e urbanos que, aos poucos, começariam a incorporar entre os seus valores sócio-culturais a ideologia do turismo e do lazer (...). O veraneio ou o descanso dos fins de semana se transformaram em valor social cuja satisfação levaria o turismo, de um modo muitas vezes predatório e desordenado, a regiões acessíveis a grandes centros urbanos do Centro-Sul, e com atributos ambientais valorizados (zonas costeiras e/ou serranas).

Apesar do que foi exposto por BECKER, segundo ASSIS (2003, p. 111) o fenômeno da residência secundária só começou a ser estudado após o Censo Demográfico de 1970, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu as residências secundárias entre os domicílios fechados. Assim, eram consideradas como "o domicílio que servia de moradia (casa de praia, ou campo, normalmente usadas para descanso de fim de semana ou férias) e cujos moradores não estavam presentes na data do Censo" (IBGE, 1970).

O Censo Demográfico de 1980 define uma classificação específica para as residências secundárias, denominando-as de domicílios de uso ocasional e separando-as dos domicílios fechados aos quais estavam vinculadas no Censo de 1970.

Através da sinopse preliminar do Censo de 1980 (IBGE, 1981: IX) é possível constatar que "considerou-se como de uso ocasional o domicílio que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), normalmente usado para

descanso de fim de semana ou férias e cujos moradores não estavam presentes na data do Censo”.

No Censo de 1991, o IBGE aprimora a definição classificando as residências secundárias como domicílios particulares de uso ocasional não restringindo esta condição à não presença do morador temporário. Assim, conforme a sinopse preliminar do Censo Demográfico de 1991 (IBGE, p.11), "considerou-se como de uso ocasional o domicílio particular que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), isto é, os usados para descanso de fim de semana, férias ou outro fim não remunerado".

Apesar da definição técnica do IBGE, a residência secundária ou segunda residência possuí um conceito amplo e complexo que, pelo exagero de termos restritivos – casa de praia, de veraneio, de campo, de temporada, de férias etc. – ainda carece da falta de um consenso terminológico.

A base da segunda residência é a renda como fator diferencial que define quem pode possuir, além do domicílio permanente uma outra propriedade destinada ao lazer de finais de semana, férias e dias similares. Como destaca ASSIS, (2003, p. 112):

> A residência secundária pressupõe a disponibilidade de uma renda excedente, pois implica em custos com a compra do terreno, construção do imóvel (quando não se compra o imóvel construído), impostos, manutenção e meio de transporte para o deslocamento pendular (geralmente, automóvel particular). Estes fatores fazem da segunda residência uma modalidade de alojamento turístico elitista, símbolo de *status* social, característica das camadas sociais alta e, na sua grande maioria, média. Para esta última camada a falta de maior disponibilidade financeira e de tempo livre para o aproveitamento das férias com a família em grandes viagens pelo mundo, torna a segunda residência uma importante alternativa de lazer, devido à economia de tempo (de trabalho) e, sobretudo, de dinheiro.

A questão da propriedade da segunda residência esbarra numa prática comum relacionada ao uso desses alojamentos turísticos: muitos proprietários, para obter uma renda extra, alugam suas segundas residências a outros turistas, arrendam ou emprestam a parentes e amigos, enfim, isso significa que, apesar de as residências secundárias fazerem parte dos domicílios particulares – como é definido pelo IBGE – esse fato torna complexa a definição do termo.

De acordo com TULIK (1995, p.18) a residência secundária, enquanto propriedade particular (já que não existem, pelo menos no Brasil, residências secundárias públicas), constitui uma modalidade de alojamento turístico cujo

conceito operacional não deveria estar ligado ao fato de ser própria, alugada, arrendada ou emprestada.

A autora considera a residência secundária enquanto imóvel, excluindo a sua condição de propriedade, desta forma concebe o estudo do fenômeno pelos seus aspectos dimensionais, além de avaliar sua distribuição no Estado de São Paulo ressaltando as áreas emissoras e receptoras mais expressivas.

TULIK (1998, p. 202), afirma que a residência secundária tem sua localização definida pela relação tempo-custo-distâncias. Desta forma, esses fatores podem contribuir para a valorização de recursos naturais e culturais mais próximos dos centros emissores que são preferidos a outros, de qualidade superior, porém, mais distantes.

De acordo com ASSIS (2003, p.115) a disponibilidade de renda e de tempo livre influência na escolha da localização da segunda residência, pois, quanto mais distante da residência permanente, maior é o tempo e o custo de acesso a este domicílio de uso ocasional. A propriedade de uma segunda residência em áreas muito distantes da residência principal inviabiliza a sua freqüência assídua nos finais de semana, levando o proprietário a usá-la, principalmente, nas temporadas de férias nas quais pode se dispor de um tempo maior de estadia. Porém, atualmente, com a melhoria da qualidade das vias de acesso e com o avanço tecnológico dos meios de transportes, o fator distância, em alguns casos, pode se tornar irrelevante na escolha da localização da residência secundária.

De acordo com os representantes[20] das Prefeituras Municipais do Estado de Mato Grosso do Sul que compõe o entorno do Parque Nacional de Ilha Grande, a maioria - cerca de 80% - dos veranistas existentes nas proximidades e no interior do Parque, correspondentes a cada território, são do próprio município ou de municípios muito próximos, contudo, não se tem estudos concretos que subsidiem tal constatação.

A segunda residência, por ser um domicílio de uso ocasional de finais de semana, de temporadas de férias, para fins de recreação e lazer, indubitavelmente pressupõe, como já visto, a existência por parte do proprietário de um outro domicílio de uso permanente, onde ele habita na maior parte do ano e

[20] Foram entrevistados, neste ano de 2009, representantes das Gerências de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico (incluindo nesta Gerência a Atividade Turística), dos municípios de Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí e Naviraí, do Estado de Mato Grosso do Sul.

investe com maior intensidade em conforto e satisfação pessoal, é o que sugere SEABRA (1979, p. 4), *In* ASSIS (2003, p.113) “(...) a primeira residência responde à mais elementar necessidade de habitar, morar, de ter abrigo em que pese as diferentes formas existentes de satisfazer essas necessidades, a segunda habitação foge a qualquer entendimento dessa natureza. Ela é uma segunda habitação”.

O autor afirma ainda que a transformação de residências secundárias em residências permanentes – em virtude da fixação de antigos turistas que transferem seu domicílio principal para os núcleos receptores – tem-se proliferado.

De acordo com ASSIS (2003, p.113), o marco da sociedade "pós-industrial", é o direito ao tempo livre, sendo esta, uma das grandes conquistas sociais do mundo do trabalho que tem na segunda residência uma das suas modalidades de usufruto. “A busca da recreação e do gozo do tempo livre é, sem dúvida, a principal finalidade das construções das segundas residências”.

Segundo o mesmo autor, o aumento considerável do tempo livre proporcionou a esse homem contemporâneo o desfrute do lazer organizado e capitalizado. O turismo aparece como alternativa aliada ao lazer, com tendências que proporcionam diversificação e valorização da cultura e do meio ambiente, e ainda afirma: “As segundas residências são localizadas principalmente em lugares periféricos, onde o homem urbano busca um reencontro com a natureza que se torna o mais importante atrativo a essa modalidade de Turismo”. ASSIS (2003, p.113).

Conforme explica GARCIA (2008, p. 11), a aquisição de uma área, ou imóvel afastado do perímetro urbano primordialmente para fins de lazer, confirmam as intenções do homem contemporâneo perante seus anseios de qualidade de vida e estreitamento do convívio familiar junto a recursos naturais.

A designação dada por RODRIGUES (2001) “o mito do eterno retorno” aflige o homem moderno que busca no encontro com a natureza, a renovação das forças para retornar ao ambiente citadino e à rotina. Esta tendência é iminente ao homem moderno, levando-se em consideração que atualmente a maior parte da população brasileira está concentrada nas cidades acentuando ainda mais esta prática.

Segundo ASSIS (2003, p. 113), a cidade, que outrora fora o centro de atração das habitações e do homem do campo em busca do trabalho na indústria, agora - apesar de ainda concentrar diversas funções - "expulsa" seus moradores por

não lhes oferecer condições necessárias para uso do tempo livre em contato com a natureza.

Embora haja essa intenção clara de convívio com os elementos da natureza, o turista geralmente não aceita se desvincular dos equipamentos que lhes parecem indispensáveis ao seu conforto e satisfação pessoal, equipamentos estes que já fazem parte de seu cotidiano citadino. Observemos a afirmação de LUCHIARI (2002, p.121):

> De um modo geral, a expansão do turismo no Brasil tem estabelecido, em todos os lugares valorizados, a reprodução do mundo urbano. A indústria imobiliária de segunda residência e os grandes projetos turísticos têm construído novas territorialidades alicerçadas nos mais modernos parâmetros urbanos. Esse processo proporciona a superação do estranhamento ao meio natural, pouco domesticado, e oferece ao turista a apropriação de um lugar repleto de objetos conhecidos.

A partir do exposto nos deparamos a uma contradição inconteste do mundo moderno, a busca do estreitamento de relações entre o homem e os elementos da natureza – idealizada nesse caso como essencial para a qualidade de vida – e a resistência de retorno às relações intrínsecas com tais elementos, ao ser assegurado, por esse mesmo homem o usufruto das inovações tecnológicas, bem como o desfrute dos objetos urbanos conhecidos no reencontro promovido através de algumas modalidades turísticas.

Conforme ASSIS (2001, p. 103), os expressivos “fixos e fluxos” de Milton Santos, engendrados pela função turística têm na paisagem seu centro simulado de atenção. Desta forma, os agentes de *marketing* turístico, selecionam os espaços portadores de um rico e diversificado patrimônio natural, transformando-os em alvo de necessidades criadas, a partir de uma estética subjetiva.

As imagens e representações das paisagens naturais são criadas para o turista, e com o objetivo de satisfazê-lo em seus diferentes anseios, sejam eles, pela aventura, pela idéia de paraíso exótico ou intocado, ou até mesmo pelo perigo proporcionado no mundo selvagem.

As idéias que envolvem essas representações são frutos de um processo histórico a partir do entendimento de natureza, ao qual são construídas e (des) construídas de acordo com muitas variáveis.

Segundo GARCIA (2005, p. 01) atualmente, o que se prega como qualidade de vida é uma imagem de convivência harmoniosa com a natureza. As pessoas buscam esta identificação com o meio natural através do deslocamento para áreas onde possam usufruir experiências concedidas pela proximidade de rios, córregos, árvores e animais. Essa aproximação de convivência deriva da valorização do meio natural associado á política de bem-estar.

A atividade turística se apropria da idéia de natureza constituída para efetivar suas práticas sociais e econômicas a fim de adquirir rentabilidade essencialmente.

Conforme LUCHIARI, 2000, p. 35, "A expansão do setor turístico potencializou uma nova forma de valorização das áreas naturais e transformou essas áreas em recurso paisagístico e mercadoria de consumo demarcadora de distinção social". Logo, uma nova formação sócio-espacial se constrói na hegemonia de algumas classes.

O Parque Nacional de Ilha Grande, por meio do planejamento público, busca ser um atrativo turístico em função da valorização do ambiente natural como áreas a serem visitadas.

De acordo com a turismóloga que representa a gerência de desenvolvimento econômico do município de Naviraí e com a responsável pela mesma gerência em Itaquiraí, os recursos naturais existente no Parque, devem ser transformados em atrativos turísticos por meio da publicidade dada aos locais, que serão potencializados por meio de construções estruturais capazes de oferecer conforto, ou como diz Luchiari, de reproduzir o mundo urbano.

Por tais motivos faz-se necessário refletir como a idéia de natureza é apropriada pelas estratégias mercadológicas da atividade turística e transformada em atratividade para tornar-se assim, objeto de consumo.

2.2 A idéia de natureza apropriada pela Atividade Turística

As idéias que envolvem o conceito de natureza são criadas e construídas pelas sociedades em diferentes períodos históricos, de acordo com a relação estabelecida entre essas sociedades e o meio de vivência. Em outras

palavras, essas idéias mudam de acordo com o tempo, de acordo com o espaço e com o modo de vida de cada sociedade.

Os primeiros registros que se têm das sociedades primitivas constatam que a humanidade vivia em equilíbrio com o meio ambiente, retirando da natureza somente o necessário para a subsistência. Segundo CAPRA (1993, p.49), no momento em que o homem vivia de forma harmônica com a natureza, a ciência tinha como objetivo a compreensão dos significados das coisas e não o seu controle.

Há também, registros de sociedades que veneravam e cultuavam os elementos da natureza; a sociedade grega é o maior exemplo a ser usado, pois "via a natureza como um organismo vivo e inteligente, dotado de alma e vida própria, capaz de ordenar os próprios movimentos de forma racional" (CAPRA,F. s.d., p.49); nesta concepção, a natureza é encantada e divina, cheia de feitiços e maravilhas, contudo é externa ao ser humano.

THOMAS (1988), vem nos esclarecer que no início do período moderno os fundamentos teológicos na interpretação bíblica de Tudor e Stuart, na Inglaterra, legitimaram o entendimento de natureza como uma criação divina para satisfação plena da humanidade; nesta visão cada espécie animal e vegetal tinha uma função ao homem que predominaria diante de tais espécies.

> O predomínio humano tinha, portanto, lugar central no plano divino. O homem era o fim de todas as obras de Deus, declarava Jeremiah Burroughes, em 1657; "Ele fez os outros para o homem e o homem para si próprio". "Todas as coisas", concordava Richard Bentley em 1692, foram criadas "principalmente para o benefício e prazer do homem". "Se procuramos as causas finais, o homem pode ser visto como o centro do mundo", ponderava Francis Bacon, "de tal forma que se o homem fosse retirado do mundo todo o resto pareceria extraviado, sem objetivo ou propósito". Alguns clérigos pensavam que após o Juízo Final o mundo seria aniquilado; ele tinha sido feito somente para acomodar a humanidade, sendo este o seu único uso. THOMAS (1988, p.23).

Certamente uma visão antropocêntrica dos relatos bíblicos e que perduram ainda na atualidade subvertidas ao campo da razão econômica, afinal, tal visão legitima a exploração abusiva dos elementos naturais conhecidos hoje como recursos.

> Pergunte a qualquer um na massa de gente obscura: qual o propósito da existência das coisas? A resposta geral é que todas as coisas foram criadas para o nosso auxílio e uso prático! [...] Em resumo, todo o cenário magnífico das coisas é diária e confiantemente visto como destinado, em

> última instância, à conveniência peculiar do gênero humano. Dessa forma, o grosso da espécie humana arrogantemente se eleva acima das inumeráveis existências que o cercam. G.H. Toulmin, The Antiquity and Duration of the World [A antiguidade e duração do mundo, 1780, ed. de 1824], pp.51-2. In THOMAS, 1988, p.21.

MORETTI (1996) nos lembra que a partir do século XVI passou a ser dominante no ocidente a noção de natureza vinculada à expansão da burguesia e nas idéias do racionalismo.

> A partir de então a natureza passa a ser entendida como algo selvagem que será domesticada pelo homem, é vista como obstáculo e, ao mesmo tempo, como recurso que o conhecimento absoluto e infinito, baseado na razão, deverá superar e transformar em meio para se atingir um fim. MORETTI (1996, p.12).

Este entendimento da natureza como recurso, de fato é o entendimento da natureza como valor de troca e também é externa ao homem. A transformação entre a relação do homem com a natureza de um valor de uso para um valor de troca é conseguida na prática pelo capitalismo.

> A produção capitalista, e a apropriação da natureza, é acompanhada não pela satisfação das necessidades em geral, mas pela satisfação de uma necessidade em particular: lucro. Na busca do lucro, o capital corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se determina o destino da natureza. SMITH, N. (1988, p.88).

A natureza (abstrata) e seus elementos são mercantilizados, seja indiretamente (idéia de reencantamento da natureza, apropriada pela atividade turística) ou diretamente (através da comercialização das riquezas naturais). Ela é chamada aqui de abstrata, pois acreditamos ser fruto da abstração social em conceituar determinados elementos como tal. Diferente da natureza concreta, ou primeira natureza, ela só existe porque a sociedade assim decidiu. Muitas vezes é uma natureza artificializada, pois é modelada e ordenada segundo alguns critérios de estética ou padronização universalizada. Atualmente a natureza deixa de ser apropriada para ser produzida de acordo com interesses diversos.

Descartes nos lembra das condições desse período:

> O interesse obsessivo e crescente pelas invenções e descobertas, a progressiva dissolução da representação medieval do mundo e da sociedade, a Reforma, a passagem do mundo fechado ao Universo infinito, a matematização das ciências, a perspectiva de um progresso indefinido do conhecimento e a idéia de que o emprego apropriado da Razão é condição

> necessária e suficiente para que nos tornemos senhores e possuidores da Natureza. (CASTORIADS, C. 1987, p. 114.).

O desempenho da ciência quantitativista, matematizada, passa então concretizar atitudes de dominação e apropriação dos elementos naturais, a partir do momento em que compreendeu a natureza como uma máquina, movida por leis matemáticas exatas, exaltando o homem como o ser único capaz de manipulá-la ao seu favor.

Entre os séculos XVI e XVII o objetivo maior dos cientistas era extrair da natureza, mesmo que sob tortura, todos os seus segredos. Segundo CAPRA (1993, p.67), foi só a partir de meados do século XIX que essas concepções foram contestadas, pois a descoberta da evolução em biologia, forçou os cientistas a admitirem que o universo deveria ser descrito como um sistema de evolução e em permanente mudança, nos quais estruturas complexas se desenvolviam a partir de formas mais simples.

Toda a idéia de progresso, desenvolvimento, civilização, vinculada a urbanização esteve ligada à dominação e controle total dos elementos reconhecidos como naturais.

THOMAS (1988), sugere que ao começar o período moderno, o predomínio do homem sobre o mundo da natureza seria a meta inconteste do esforço humano; por volta de 1800, ainda era esse o objetivo da maioria das pessoas - alvo, aliás, que pelo menos parecia firmemente ao alcance, entretanto, a essa altura tal objetivo já não estava imune a controvérsias. Surgiam dúvidas e hesitações sobre o lugar do homem na natureza e o seu relacionamento com outras espécies.

O estudo cuidadoso da história natural fizera caírem em descréditos muitas das percepções antropocêntricas dos tempos anteriores. Um senso maior de afinidade com a criação animal debilitara as velhas convicções de que o homem era um ser único. Uma nova preocupação com os sofrimentos dos animais viera à luz; e, ao invés de continuarem destruindo as florestas e derrubando toda árvore sem valor prático, um número cada vez maior de pessoas passava a plantar árvores e a cultivar flores para pura satisfação emocional.

THOMAS (1988), retrata sobre as modificações na relação dos ingleses com o mundo da natureza, que faziam parte de todo um complexo de

mudanças e em fins do século XVIII, contribuíram para se criar novas sensibilidades, que segundo ele, foi se tornando mais e mais intenso.

> A criação do domínio mental da fantasia encontra um Paralelo Perfeito no estabelecimento de "reservas" ou "parques naturais" em lugares onde as exigências da agricultura, das comunicações e da indústria ameaçam ocasionar mudanças na face original da terra que logo a tomarão irreconhecível. Uma reserva natural conserva o estado original que em todas as outras partes foi, para nosso pesar, sacrificado à necessidade. Todas as coisas, incluindo o que é inútil e mesmo nocivo, nela podem crescer e proliferar livremente. Sigmund Freud, Introductory Lectures on Psycho-Analvsis [Conferências introdutórias sobre a Psicanálise, parte III] [Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud, tradução de James Strachey et *alii*, XVI (1963), p. 372] *In* THOMAS, 1988, p.288.

Criam-se então reservas naturais para resguardar pequenos fragmentos do que um dia foi-se o todo. A atitude de preservação ou até mesmo de conservação não passa, ainda hoje, de uma das muitas necessidades humanas, pois além da situação do ambiente estar em deterioração, à humanidade precisa reconhecer que está fazendo alguma coisa para inverter o quadro de degradação que trouxe o progresso, o desenvolvimento e a “civilização” urbana. Egoísmo emocional? Sentimentalismo puramente? Interesses que rodeiam essa ação?

THOMAS (1988), afirma que em fins do século XVIII, a antiga preferência por uma paisagem cultivada e dominada pelo homem conhecia uma contestação radical. Segundo ele “... o cenário mais admirado já não era a paisagem fértil e produtiva, porém a selvagem e romântica. Por isso, haveria um interesse crescente em preservar a natureza inculta como uma indispensável fonte de riqueza espiritual”.

A partir dessa idéia é que surge o que chamamos aqui de reencantamento da natureza, que nada mais é do que um retorno a algumas concepções de natureza encantada, porém diferente do passado, o reencantamento é material e não divino.

Em seu trabalho citado, SILVA (2006) faz uma síntese de como a concepção de natureza permeia a sociedade atual por meio do turismo de natureza – um segmento do mercado turístico que agrega tipologias turísticas, cujos produtos advêm ou estão correlacionados aos ambientes naturais conservados – citando três raízes básicas para o entendimento dessa concepção: o racionalismo, o naturalismo e o romantismo, os quais se estruturaram nos séculos XVII, XVIII e XIX,

basicamente, mostrando a partir disso, as profundas relações que as sociedades estabelecem com seus ambientes.

No desenvolvimento de seu trabalho SILVA (2006, p. 70), explica que o racionalismo científico foi base para estruturação da maioria das ciências no período moderno, lembrando que foi a partir da negação dos aspectos místicos ou mitológicos da natureza que a ciência moderna se estruturou e fundamentou-se. Continuando o autor afirma:

> Com o racionalismo a natureza deixou de ser vista como algo ameaçador para o desenvolvimento social, e as experimentações e o raciocínio lógico permitiram compreender os processos da natureza e seus arranjos, terminando, assim, com séculos de submissão do homem ao seu meio. Segundo a ótica racionalista a natureza passa a ser compreendida e dominada segundo os interesses sociais: é preciso compreender a natureza para pragmaticamente, aproveitá-la como recurso – daí a necessidade de entender seus processos e arranjos, por meio da experimentação. SILVA (2006, p.70).

Em resumo o autor esclarece que o racionalismo teve como marca a negação dos aspectos da natureza e a construção do *ethos* moderno de civilização, cujos valores antropocêntricos foram potencializados a níveis até então nunca registrados na história da humanidade, dessa condição vem o subsidio de todas as formas de exploração da natureza, principalmente de matérias-primas (recursos naturais) para os processos industriais que nasciam.

O mesmo autor evidencia que em contraposição a esse ideário e aos conseqüentes problemas derivados do pragmatismo e do utilitarismo imposto pelo racionalismo, surgiram o romantismo e o naturalismo, cujas correntes filosóficas baseavam-se na idéia de que os aspectos e os condicionantes da natureza deveriam ser analisados sob um outro olhar, muito além da idéia única e exclusiva de recurso.

Desta forma o romantismo resgatava a singularidade do ser, valorizando as tradições culturais, as características nacionais, os sentimentos, a personalidade, a sensibilidade, a emoção e os valores subjetivos perdidos durante a implementação do racionalismo científico. Por isso, explica o autor, a natureza ganhou nova essência, prevalecendo, assim, uma visão otimista da relação do homem com a natureza.

> (...) o romantismo alimentava o anseio por uma experiência alternativa, muito além daquela proporcionada pelo ideal de modernidade, presente do *ethos* urbano. Colocava em discussão o caráter utilitarista da sociedade e

> sua capacidade predatória, buscando construir, a partir da negação da modernidade, um *ethos* ligado ao campo, pelo qual, a relação homem-natureza seria mais harmônica e, em última instância, a relação do homem com o homem, mais justa e eqüidistante. SILVA (2006, p.73).

Ainda, de acordo com o autor, diferente da visão romântica, o naturalismo pouco acreditava na subjetividade e, em alguns momentos, mantinha uma condição mais pessimista quanto á relação homem-natureza, contudo, seus defensores pregavam, a necessidade de um convívio harmônico do homem com a natureza, através da incorporação do mito de *arcádia*, cujo simbolismo continha tal princípio.

> Essa corrente, nascida na Inglaterra vitoriana, passou a afetar circunstancialmente, as pesquisas cientificas elaboradas nos séculos XVIII e XIX, sob um novo prisma: a natureza passou a ser estudada sob a ótica da possibilidade de sua finitude e erradicação. Incorporou-se, na abordagem científica, os ideais preservacionistas e conservacionistas, condição até então incompatível com a visão racionalista dominante. A visão naturalista passou a indicar e a demonstrar que as relações do homem com a natureza causavam situações e problemas não condizentes com o estabelecimento de um *equilíbrio harmônico*. A sociedade humana passou a ser vista como parte integrante de um todo muito maior, cujos limites extrapolavam a área *civilizada* circundante. O homem passou a ser visto como o agente responsável pelos desequilíbrios e cabia só a ele buscar caminhos para a mudança. SILVA (2006, p.74).

Para alcançar os ideais da corrente naturalista, seu fundamento baseava-se no isolamento da natureza afastando-a do homem, desta forma, de acordo com o autor, essas áreas serviriam de registro, podendo a sociedade admirá-las e reverenciá-las por meio da realização de atividades que não causassem modificações significativas.

Desde então a humanidade tenta preservar partes do meio ambiente intacto a algumas ações para se sentirem melhor diante de alguns registros alarmantes de poluição, além disso, cria-se toda uma política de compensação financeira voltada a constituições de Unidades de Conservação, o que garante níveis cada vez maiores de exploração ambiental no restante dos lugares.

Esses refúgios naturais, ou em outras palavras, as reservas ambientais (lugares conservados) se tornaram ao passar do tempo, constantemente procurados como objetos de contemplação. A natureza continua servil a humanidade e de agora em diante é espetacularizada pelo capital comercial, afinal, se tornou um grande negócio, fonte de lucro em variadas atividades sociais, e a atividade turística é só mais uma delas.

Comungando dessas afirmações, SILVA (2006, p.69), explica que a concepção de natureza presente na atividade turística, atualmente, decorre de uma construção social coletiva, impregnada de simbologismos e valores mercadológicos, os quais, segundo o autor, não estão estanques nem isolados de outros valores sociais, valores esses que decorrem de mudanças sócio-culturais ocorridas nos últimos 300 anos, no mínimo, e que alicerçaram "uma condição de suscetibilidade maior da sociedade para incluir a natureza em diversas esferas, entre as quais, a da política, da educação, da economia e do lazer (...)".

O turismo se apropria da idéia de natureza reencantada para espetacularizar a atitude de contemplação e assim promove a construção do espaço de acordo com os interesses de consumo do mesmo.

A imagem e concepção que se têm dominantemente de natureza fazem dela um dos grandes atrativos turísticos na atualidade, de acordo com LUCHIARI (1999, p.36), essa característica dependeu de um processo de mitificação ao qual a nossa sociedade aderiu na busca de reconstituir um significado às ações no tempo presente, visto o quão "efêmero se tornou o deciframento do mundo contemporâneo". "Por meio do mito cada povo expressa seu modo de ser e de representar o mundo que o cerca".

Para Roland Barthes, citado por GIRARDET (1987), a noção de mito é confundida com a de mistificação: ilusão, fantasma ou camuflagem. O mito altera os dados da observação experimental e contradiz o raciocínio lógico. (RODRIGUES 2001, p.28).

LUCHIARI (1999) explica que vivemos no mundo do mito rápido, incorporado à mercadoria passageira, diz que, a cidade, a paisagem, a moda, a técnica, a cultura, são mitos do momento e são oferecidos no mercado para serem consumidos através do turismo. "Nesta falsa produção de mitos, o mercado produz e comercializa mercadorias cada vez mais imponderáveis, mas o objetivo primeiro e último, ainda é o lucro". Continuando a autora nos esclarece:

> E aqui entra a importância da atividade turística contemporânea como representação do efêmero, do provisório, do artificial. O fenômeno turístico não é um mito, mas sim mitifica a realidade dando-lhe novos conteúdos. Força o traço dos lugares, das regiões, das paisagens criando atrativos para o fluxo da sociedade. O todo significante desta criação não está nos lugares, nas regiões ou nas paisagens. Estrutura-se na sociedade que, ao revalorizar as paisagens naturais, as culturas regionais, transforma-se em sua voraz consumidora, colocando em movimento a construção real e simbólica dos territórios turísticos. LUCHIARI (1999, p.36).

A atividade turística é o que proporciona ao acesso à natureza reencantada, que é nesse caso mais uma mercadoria ou recurso como diz BERTONCELLO (2004). A imagem que se tem de natureza se tornou atrativa ao mercado turístico porque ela já não faz mais parte do cotidiano das pessoas que a compram em pacotes pré-estabelecidos.

O que é vendido pelo turismo não é a aproximação das pessoas com os elementos da natureza, propriamente dito, mas sim todo um conjunto de sensações e mitos que acompanham a imagem criada e idealizada do que seja natureza. Reafirmando essa posição LUCHIARI (1999, p.39), ressalta:

> A outra expressão da atividade turística, em plena expansão com a mitificação dos lugares, é o turismo em áreas verdes, serras, planícies, vales, ou litorais... O atrativo central é a qualidade de vida que as áreas naturais preservadas podem propiciar. (...) ao revalorizarem a natureza para o lazer, para o turismo ou para implantarem as suas segundas residências, as elites sociais têm tomado para si o papel de *guardiãs da natureza*, ou das áreas de proteção ambiental.

Eis uma das grandes preocupações da Geografia quando se analisa a atividade turística: o fortalecimento da estetização no consumo de paisagens, de expressões culturais e legitimação das territorialidades sociais seletivas. Pois conforme LUCHIARI (2002, p.31), a territorialidade constituída – que seleciona lugares por classe social – mediatiza a relação entre os homens, e a destes com a natureza. Assim, podemos dizer que a apropriação da natureza, de certa forma, exterioriza a dominação entre os homens. A análise da territorialidade rompe com a dicotomia clássica entre o Homem e o Meio, pois, ao traçarem territorialidades, os homens conjugam as relações com a natureza e as próprias relações sociais de poder. Lembrando aqui do poder simbólico defendido por Pierre Bourdieu, 1998.

De acordo com a mesma autora, os processos de planejamento turístico, ao invés de evitar, acabam reforçando a mitificação dos lugares atrativos, assim o lugar não é visto, vivido ou compartilhado, dele são selecionados um conjunto de pontos atrativos que constróem uma narrativa artificial do lugar.

Isso acontece porque se realiza o planejamento[21] turístico com vistas para o mercado, desta forma o planejamento deixa de ser uma condição prioritária

---

[21] Maiores informações ver: SILVA, Charlei Aparecido da. **Analise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de Brotas: proposta metodológica**. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, SP.: [s.n.], 2006.

nos municípios onde ela se desenvolve, e não é utilizado como instrumento capaz de agregar políticas públicas, aspectos legais e os interesses da comunidade, bem como os do mercado turístico.

Além da mitificação dos lugares atrativos, muitas relações complexas envolvendo a apropriação turística do ideário de natureza tem sido também alvo de constantes preocupações e debates. Vejamos por exemplo, a utilização da mídia dos termos (carregados de ideologia mítica) “indústria limpa”, ou “industria verde”, “industria sem chaminés”, para referir-se ao dinamismo econômico do turismo em áreas onde o ambiente é resguardado em seus aspectos naturais.

Tais nomenclaturas objetivam construir a idéia de que a atividade turística reacende a economia de determinados lugares sem agredir, danificar ou poluir agressivamente o meio natural. Simplesmente mais um chavão para atrair turista. Esse pensamento é uma ilusão que mitifica a exploração de consumo da atividade turística.

Nesse sentido SILVA (2006, p. 78), contribui afirmando que a atividade industrial não pode servir de analogia para a turística, que esse mito não deve e não pode continuar se difundindo, seja em trabalhos acadêmicos, no mercado, ou nas políticas públicas. E ainda relata que termos como esses citados, bem como uma diversidade de outros, são apropriados pelo mercado turístico como instrumentos de *marketing*, e pelas políticas públicas na forma de discursos desenvolvimentistas, que por repetição e senso comum, têm criado uma imagem distorcida da capacidade do Turismo de causar impactos negativos em seu ciclo de desenvolvimento, impossibilitando a contestação e o avanço de uma crítica mais efetiva.

Segundo LUCHIARI (2002, p.35), as modalidades de turismo de natureza que, aparentemente, estão mais próximas de uma concepção de *turismo sustentável*, são limitadas pelas estratégias de mercado, pelas políticas públicas de turismo, que tomam a natureza como uma mercadoria valorizada pelas práticas sociais que, ao valorizarem as áreas naturais, tornando-as exclusivas das elites econômicas, instauram um processo contraditório de privatização de extensas áreas públicas.

A construção da idéia de natureza faz parte de um processo continuo e bastante antigo, não abordamos aqui o movimento como um todo, somente relatos de alguns aspectos hegemônicos que predominaram enquanto ideais em alguns períodos históricos.

Além de ser um processo continuo, as mudanças de ideologia se tornaram constantes desde a antiguidade, em determinados momentos a natureza é vista como algo negativo para o homem, prejudicial, em outros, a natureza é vista como algo positivo, capaz de trazer numeráveis benefícios á toda a humanidade, logo, é valorizada como tal. Essas mudanças na leitura do que é natureza são constantes, e acontecem num mesmo tempo histórico, por isso abordamos as idéias dominantes em cada período referido.

Um exemplo desses vai e vem constante da idéia de natureza é o fato de que hoje, alguns autores a conceituam como vingativa e maldosa, capaz de responder aos impactos ambientais destruindo a humanidade a partir de algumas catástrofes naturais como maremotos, terremotos, vulcanismo, tempestades, etc., certamente uma ideologia ingênua que convive ao mesmo tempo com a idéia de uma mãe natureza capaz de nos fornecer qualidade de vida, saúde, bem estar, conforto espiritual, satisfação emocional, etc.

A natureza comercializada através de paisagens pelo turismo é uma natureza artificializada, domesticada e construída especificamente para o consumo. É uma encenação daquilo que o turista deseja ver, com uma infra-estrutura, geralmente urbanizada, para amparar seu conforto e satisfação pessoal. “Essas novas formas construídas pela indústria turística roubam grandes parcelas do território, não se comunicam com a população local, instituem o isolamento das sociabilidades e evitam a possibilidade do encontro entre os turistas e o lugar”. LUCHIARI (2002, p. 37). O fazer turístico evidencia muitas conseqüências de transformação espacial, e de acordo com a mesma autora, “Se isso nos oferece um estímulo a uma mudança sociocultural, as necessidades de mercado não deveriam ditar todas as regras”.(2002, p. 39).

A preservação ambiental nesses lugares de paisagens naturais exuberantes é motivada pela rentabilidade financeira que as políticas públicas envolvem. O meio ambiente é visto com um olhar consumista, segundo LUCHIARI (2000, p.111) “Só os que puderem pagar terão acesso a esta natureza revalorizada, reorganizada, segura, tecnificada, mas romântica, (...)” e a cada dia mais urbanizada.

Através de estratégias comerciais, os ambientes do Parna de Ilha Grande (imagem em Anexo) estão sendo expostos nesse intuito de revalorização da natureza romântica e (re) encantada, com o propósito de sustentar a atividade

turística como uma alternativa de renda para os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul que se delimitam com a Unidade.

Em decorrência da expressividade no mercado, a atividade turística se mostra como produtora de espaço, reorganizando a sua configuração territorial e imprimindo funcionalidades às estruturas pré-existentes e introduzindo novas. Independentemente de local, tempo, cultura, a atividade turística se apropria do espaço e produz seus territórios para a lógica do consumo.

2.3 A produção e o consumo Turístico

A Geografia entende o turismo advindo das relações sociais – históricas, e reconhece a força das relações econômicas diante de sua constituição. Apesar de ser recente o estudo da categoria pela ciência, as analogias que as envolvem são antigas, antes mesmo de seu reconhecimento enquanto ciência, afinal, como esclarece ASSIS (2001, p. 106) respaldam-se nas práticas das viagens e no interesse pelo conhecimento de novos lugares, afim de catalogações sistemáticas de dados e informações sobre os continentes e países descobertos.

De acordo com NUNES, (2006, p. 187), a década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990 foram marcados pela grande influência do materialismo histórico nos trabalhos geográficos, a autora, ressalta que tais trabalhos tinham como prioridade a discussão do econômico como elemento essencial na explicação e na análise dos fatos geográficos, havia, segundo ela: "(...) o excesso de economicismo apresentado nessas análises, desconsiderando critérios e elementos não estritamente determinados pelas relações de produção como etnia, gênero, cultura e individuo". Entre outras subjetividades que devem ser consideradas de extrema importância ao analisar a atividade turística, pois é a "especificidade" que garante a atratividade da mesma.

Ao supervalorizar as questões econômicas dentro da Geografia, outras perspectivas de análises foram esquecidas e atualmente elas reaparecem com o advento da chamada pós-modernidade[22], cuja característica principal é o retorno às especificidades.

[22] Não é nosso objetivo neste trabalho discutir a complexidade de tal termo, muito menos, levantar a polêmica conceitual que o envolve, porém cabe-nos relatar que trabalhamos com a perspectiva de que a pós-modernidade na Geografia deve ser tratada pelo rompimento de suas próprias fronteiras

Segundo OLIVEIRA (2000, p. 241), o século XX chega ao seu final marcado por grandes transformações mundiais: "(...) O mundo contemporâneo rompeu as distâncias, aproximando os povos; uniu e separou nações; fez emergir e fez sucumbir potências mundiais; disseminou guerras e colocou o planeta à beira de um holocausto nuclear; (...)".

É no final desse século também que se torna evidente a deflagração do capitalismo concorrencial e a hegemonia do capitalismo monopolista, segundo o mesmo autor, isso se dá a partir de três processos combinados contraditoriamente: "os movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista internacionalizada e as ações internacionais de governo"; juntos, estão na base da formação do mercado mundial, onde "o econômico" é prioridade inconteste nos diversos campos de relações. Nesse sentido BRAVERMAN (1974, p. 215), afirma:

> O modelo atomizado e concorrencial do capitalismo, no qual o proprietário individual do capital (ou grupo familiar, ou pequeno grupo de sócios) e a firma capitalista eram idênticos, e a produção em cada indústria era distribuída entre um número razoavelmente grande de firmas, já não é mais o modelo de capitalismo atualmente. Economistas e observadores sociais de vários credos estão em acordo geral quanto a que ele foi deslocado por uma estrutura consideravelmente diferente, embora possam discordar em seus arrazoados e análises da nova estrutura. Os marxistas empregaram diversos nomes para este novo estágio do capitalismo desde o seu aparecimento: *capitalismo financeiro, imperialismo, neocapitalismo, capitalismo recente*. Mas desde que se admitiu em geral que, como Lênin declarou em um dos estudos pioneiros do assunto, "a quintessência econômica do imperialismo é o capitalismo monopolista", foi esta última expressão a que se mostrou mais aceitável.

O autor nos relata também, que, concorda-se geralmente que o capital monopolista teve início nas últimas duas ou três décadas do século XIX, época em que a concentração e a centralização do capital, sob a forma dos primeiros trustes, cartéis e outras formas de combinação, começaram a firmar-se. Isso significa dizer, que, entre outras coisas, o mundo está nas mãos dos grandes monopólios que se apropriam dos espaços seguindo a lógica do capitalismo que se transforma e se flexibiliza de acordo com a necessidade da própria sobrevivência, significa dizer também, que a geografia como as demais ciências sociais, toma o econômico como ponto de referência para as mais variadas discussões.

---

teórico – metodológicas, como incita Cássio E. V. Hissa, em sua obra: "A mobilidade das fronteiras, inserções da Geografia na crise da modernidade", que nos leva a refletir sobre a subjetividade do ser, sobre a limitação do conhecimento pelos métodos e pela lógica da objetividade, e principalmente sobre as indefinições que abrangem conceituar este termo.

A dimensão econômica é mais do que nunca central para a reprodução social e para a produção do espaço social geográfico, pois como HERNÁRDEZ (2003, p. 209), nos diz: *"queramos o no, la economía, la lucha por la vida, es un componente esencial de toda sociedad y, por ello mismo, un poderosísimo motor de cambio espacial"*. Contudo, não deve ser entendida como a base central para a explicação das variadas relações sociais.

> Para a Geografia, o econômico é imprescindível para entender à lógica da organização da sociedade a partir de suas expressões espaciais. Como a economia mudou, dinamizou-se e tornou-se mais presente nas diversas esferas das relações humanas devido a mercadorização de todas as relações, isso se reflete na ordem e vivência espaciais, cobrando análises pertinentes. NUNES, (2006 p.193).

A atividade turística, como um segmento das relações citadas, comercializa a paisagem, as experiências, as sensações, a aparência projetada para aquilo que o turista quer conhecer na área de atrativo.

> (...) a palavra turismo é particularmente polissêmica, evocando ao mesmo tempo uma atividade humana e social, hoje convertida em fundamental, e todo aparelho econômico – igualmente muito importante – que a rejunta. E quando se fala em turismo, nem sempre é fácil saber a qual realidade se faz alusão. Ele é uma atividade que se repousa na turbulência das populações; sua análise corre um permanente risco de confusão. KNAFOU, (1999 p.63).

Remy Knafou discute, em sua obra citada, as idéias prontas e equivocadas, referente à atividade turística. Aponta que cada realidade é única e que é de extremo perigo subestimar ou até mesmo superestimar o peso do turismo.

A Geografia se insere nesse estudo com o propósito maior de analisar as conseqüências da atividade turística no espaço em construção e/ou reconstrução, desmistificando idéias alusivas criadas para espetacularizar os lugares a serem consumidos.

O turismo é uma das novas estratégias do sistema, para garantir a reprodução do capital em alta escala. Essa atividade se apropria do território, criando nele atributos físicos e imagéticos, segundo interesses próprios do modelo econômico atual; ele produz o próprio espaço pleiteando seu consumo.

> Tradicionalmente, el turismo he sido conceptualizado como un desplazamiento territorial con fines de ocio, motivado por la existencia en el lugar de destino de condiciones aptas y deseadas para la realización de estas actividades de ocio. Estas condiciones suelen definirse como "atractivos turisticos", también vistos como recurso. BERTONCELLO (2004 p.03).

Atualmente há uma grande variedade de atrativos criados pela atividade turística, isso porque, o que atraí, é de imediato muito específico e individual (forte característica da modernidade), os desejos só se tornam coletivos quando são trabalhados ideologicamente. *"Atractivos naturales, históricos o culturales, son grandes categorias de uso habitual para referirse a los atractivos turísticos".* (BERTONCELLO, 2004 p.03). Diante desta característica o mesmo autor aponta:

> (...) plante la posibilidad de que en el lugar de destino turistico lo que se muestre al turista sea una mera "escenificación" montada en función de sus espectativas (marketing y negocios mediante), para ser convenientemente consumida. Esta postura, que pone en cuestionamento toda la discusión sobre la autenticidad del hecho turístico, si bien no debería ser asumida sin reparos (como lo muestran las críticas que ha recibido, por ejemplo de MacCannell, 2001) advierte sobre una cuestión que resulta aquí central: la necesidad de observar porqué y cómo ciertos atributos de algunos lugares se convierten, en contextos sociales y temporales específicos, en atractivos turísticos. BERTONCELLO (2004 p.04).

Essa questão representa uma das grandes preocupações incumbidas ao modelo turístico atual e nos leva a refletir sobre a hegemonia econômica discutida anteriormente, pois o turismo é uma atividade econômica crescente e está alicerçada em estratégias de mercado, induzida pelas políticas públicas e ainda legitimada pelas práticas sociais. Reafirmando esse contexto LUCHIARI (2002, p.111) nos diz:

> Lembrar que o turismo é uma atividade econômica que tem ganhado extrema importância na reorganização das territorialidades locais não é novidade. Refletir como o ócio, o lazer, o tempo livre e o turismo tem sido historicamente incorporados à esfera econômica e às mudanças no território, é um pouco mais complexo.

A respeito do ócio Lafargue o trabalha em: "O direito a preguiça[23]". Ao construir uma crítica á exploração da mão-de-obra trabalhista, abordando fatores históricos que relatam a vida fabril do século XIX, o autor relata sobre as inovações tecnológicas, que a seu ver, deveriam reduzir o trabalho humano, podendo este aproveitar o tempo livre que as máquinas ofereciam para o gozo e o deleite do ócio

[23] A preguiça é considerada por Lafargue um exercício benéfico para o organismo humano, ao ócio, é incumbido o prazer, a criatividade, a produção artística e literária. As concepções de preguiça e ócio eram trabalhadas pelo autor como sinônimos do atual trabalho intelectual.

e do lazer, contudo, diante dessa situação houve uma forte resistência entre as pessoas, que se comportavam “como se quisessem rivalizar com a máquina”.

Desta forma o ócio torna-se um contraponto ao lazer, mesmo que ambos provenham do tempo livre (fator em comum citado pelo autor entre as duas atividades).

Ao analisar a obra de Lafargue, Marilena Chaui esclarece:

> Além de controlar o corpo e a mente dos trabalhadores por meio da “gerência científica” ou da chamada “organização científica do trabalho”, a sociedade administrativa também controla as conquistas proletárias sobre o tempo de descanso, ou o chamado “tempo livre”. A indústria cultural, a indústria da moda e do turismo, a indústria do esporte e do lazer estão estruturadas em conformidade com as exigências do mercado capitalista e são elas que consomem todo o tempo que Lafargue esperara que fosse dedicado às virtudes da preguiça. CHAUI (1999 p.48).

O tempo livre tornou-se alvo fácil do sistema capitalista que se aproveitando dessa condição manipula ações de consumo, como é o caso do turismo.

> A burguesia, porém, soube perfeitamente como transformar em ganho para si o que lhe aparecera inicialmente como uma perda, inventando o consumo de massa de produtos de baixa qualidade e descartáveis, inventando necessidades fictícias de consumo por meio da indústria da moda, controlando o tempo livre dos trabalhadores com a indústria cultural, a do esporte e a do turismo. Ela nada perdeu e muito ganhou, pois tornou invisível a dominação de classe e a exploração. CHAUI (1999 p.49).

Nessa mesma linha de pensamento Luchiari complementa:

> A ideologia do trabalho na economia capitalista incorporou ao tempo livre a técnica, a especialização e a normatização das práticas sociais. Ao mesmo tempo, nas territorialidades do tempo livre, um conteúdo ideológico capaz de vender paisagens idealizadas pela mídia, pela moda, pelas possibilidades técnicas de fazer um europeu se sentir um Tarzan dentro de um *lodge* na floresta amazônica, vem imprimindo, ao território, enclaves monofuncionais e socialmente seletivos. LUCHIARI, (2002 p.112).

Segundo a mesma autora, o que poderia ter reconduzido o homem ao ócio criativo é, hoje, um grande negócio que, efetivamente, reorganiza os territórios. O resultado dessa ação é o fortalecimento da estetização no consumo de paisagens, de expressões culturais e legitimação das territorialidades sociais seletivas.

O turismo se tornou uma essencial estratégia do desenvolvimento capitalista; as atividades e localidades atrativas obedecem às regras do mercado

comercial, em função disso, os espaços são construídos e as territorialidades são impostas.

O território, de acordo com GARCIA (2008 p. 01), está relacionado com as raízes, a formação, o povoamento, nas palavras da autora: “O homem, em coletividade, se instala em determinada área e nela produz e reproduz suas condições de sobrevivência”. Desta forma a articulação entre os atores movidos por interesses comuns em torno de uma mesma atividade, organiza e fortalece o território, conseqüentemente formas são inseridas para dar maior especialização.

> Um dos elementos integrantes do território é evidenciado por estas formas em maior ou menor grau, com interferência do trabalho estão dispersas e representam o esforço do homem e a heterogeneidade sócio-espacial. A outra parte, não menos importante, se refere à diversificação cultural contextualizada nesta realidade sócio-espacial que se torna notória pela informação transmitida através de símbolos, comportamentos, entre outros inerentes à cultura. GARCIA (2008 p.02).

A autora demonstra que em alguns casos a delimitação não é anunciada, mas acena nos comportamentos e atitudes, como afirma RAFFESTIN (1993, p. 165), “(...) o limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou o da ação diferenciada”. Assim as fronteiras político-administrativas, por si só, não discernem os territórios, e sua sobreposição é inerente à mobilidade, comunicação e relações estabelecidas na sociedade moderna.

Multifacetado, o território para HAESBAERT (2006 p. 40) é compreendido sobre os seguintes aspectos:

> - política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado.
> - cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
> - econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Conforme explica GARCIA (2008 p. 02), a partir das relações humanas são expressas suas proximidades, seus costumes, suas habilidades, ou seja, a

cultura de um povo. O território é uma extensão das relações humanas, é onde se encontram suas raízes, sua história, seus ancestrais. Primeiramente, como valor de uso, o território é um forte elo de identidade; e posteriormente, como valor de troca, demonstra a apropriação.

Segundo a autora, a intensificação do uso do espaço por qualquer atividade, por qualquer forma de expressão, numa área relativamente definida, concebe o território. O uso efetivo por indivíduos e a maneira intrínseca da prática de apropriação e relacionamentos particulares estabelecidos delineiam a territorialidade.

Desta forma, as relações sociais, as formas, os novos significados adquiridos por essa área concebe uma territorialidade pelo grupo que vai ocupar, usufruir, dinamizar e dar singularidade ao espaço, ou ainda configurá-lo.Quanto à configuração espacial, SANTOS (1988 p.111), á define a partir da formação de dois conjuntos distintos:

> O espaço é formado por dois componentes que interagem continuamente: *a)* a configuração territorial, isto é, o conjunto de dados naturais, mais ou menos modificados pela ação consciente do homem, através dos sucessivos "sistemas de engenharia"; *b)* a dinâmica social ou o conjunto de relações que definem uma sociedade em um dado momento.

De acordo com GARCIA (2005 p.02), as ações humanas são registradas no espaço, não são passíveis de mensuração e representam um processo linear histórico concretizado em aspectos físicos, condicionados e condicionantes das atuais e futuras ações. E ainda afirma que o turismo atua como um consumidor ao apoderar-se do espaço para comercialização de seus atributos físicos, sejam naturais ou históricos.

Como o turismo é permitido por Lei em áreas restritas de algumas categorias de Unidades de Conservação, representantes públicos vêem ai uma oportunidade única de geração de renda para tais locais.

A idéia de que o turismo é uma fonte de recurso econômico indispensável para garantir a preservação do Parque Nacional de Ilha Grande e das pessoas que residem ao seu entorno é predominante dentro do órgão público responsável pelo mesmo.

Desta forma seria indispensável que a população local tivesse a prioridade em explorar turisticamente os locais, contudo percebe-se pelas pesquisas

de campo, que a falta de recursos financeiros, a falta de cooperativismo e de espírito empreendedor, torna a ação inviável aos mesmos.

O caso do Parna de Ilha Grande chama a atenção para o fato de que várias áreas particulares, cujos proprietários são em sua maioria agricultores e pescadores, se tornam públicas com a criação de uma Unidade de Conservação, para futuramente voltarem ao estágio de privatizadas com a implantação de atividades turísticas – responsáveis como já vimos, pela territorialização seletiva dos lugares.

> (...) é uma grande ironia constatar que enquanto as populações tradicionais vão sendo expulsas de suas territorialidades originais, ou simplesmente perdendo a possibilidade de manutenção de suas atividades de subsistência, devido a uma legislação ambiental restritiva ao seu uso econômico, ou devido à valorização dessas áreas para a produção ou para a sociedade de consumo do lazer e do turismo, é criada, na preocupação com a sustentabilidade ambiental global, mais uma forma excludente de tratar as comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo em que extensas áreas do território nacional foram sendo tomadas dessas populações para se transformarem em Unidades de Conservação e ser excluídas da dinâmica de mercado, elas foram reincorporadas ao mercado por meio da apropriação e da valorização dos empreendimentos turísticos. LUCHIARI (2002 p.118).

A legislação ambiental não permite, como já vimos, o domicílio populacional nessas áreas de Proteção Integral, contudo permite a visitação pública para fins recreativos, que se transforma em fonte de renda aos investidores que ali constróem toda uma infra-estrutura para receber e acomodar as pessoas que poderão pagar pelos serviços prestados a elas.

De acordo com HARVEY, 2005, embora a singularidade e a particularidade sejam cruciais para a definição de ”qualidades especiais” (fonte maior do atrativo turístico), o requisito relativo à negociabilidade significa que item algum pode ser tão único ou tão especial que não possa ser calculado monetariamente.

O Parque Nacional de Ilha Grande está sendo, negociado diretamente, via compensação de reserva legal, as negociações realizadas em 2007 e 2008 oscilaram entre valores de R$1.000,00 a R$5.000,00 reais o alqueire. No futuro, se implementado for o turismo, as mesmas áreas serão negociadas indiretamente, pelo consumo das paisagens, pelas experiências a serem vivenciadas, pela prestação de serviços; segundo HARVEY (2005 p.222), este é um caso indireto de renda monopolista, isto porque, não se comercializa a terra, como a princípio, ou o recurso natural em si e/ou o local de qualidade singular, mas sim a mercadoria ou o serviço

produzido por meio do seu uso. Referente ao fato, o autor ressalta: “Para a renda monopolista se materializar, é preciso encontrar algum modo de conservar únicos e particulares as mercadorias ou os lugares (...)” p.224.

> (...) cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Mas também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade. SANTOS, (1997, p.252).

Dentro dessa perspectiva analisam-se as mudanças mais atuais do capitalismo monopolista, mudanças essas que se reflete em todos os lugares do mundo, pois de acordo com M.A. de Souza (1995 p.65), *In* SANTOS, 1997, p.252, “todos os lugares são virtualmente mundiais”, pois o mundo hoje esta acelerado, o espaço se globaliza, porque as pessoas e os lugares se globalizam. A globalização é uma realidade atual e traz consigo contradições sociais culminantes a esse processo.

Por meio da atividade turística os órgãos públicos (discutiremos mais a fundo no próximo capítulo) da região acreditam que poderão dinamizar financeiramente as áreas protegidas “integralmente” do PNIG, contudo nos esclarece HARVEY (2005 p.224):

> (...) os processos de mercado dependem do monopólio individual dos capitalistas (de todos os tipos) sobre os meios de produção da mais-valia, incluindo as finanças e a terra. O poder monopolista da propriedade privada é, portanto, tanto o ponto de partida como o ponto final de toda a atividade capitalista.

A maior fonte atrativa que poderá efetivar a atividade turística no Parque estudado, está relacionada com as condições ambientais da área, como se pode notar no desenvolvimento deste trabalho os elementos naturais se destacam no transcorrer das informações e a natureza é percebida como um recurso indispensável para esse fim.

No turismo, o principal estímulo para o turista é o atrativo. Os pontos estratégicos para aproximação do turista são fundamentais para que o consumo exista. Desta forma, ocorre uma concentração de equipamentos em uma determinada área a fim de comercializar bens e serviços delineando a formação de territórios pela atividade. O mesmo pode-se dizer quanto ao fomento às atividades de lazer para a população local.

3 AS PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO TURISTICO NO PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE

As propostas turísticas para o Parque Nacional de Ilha Grande, não deveriam passar, de projetos a serem elaborados e concretizados a partir de investimentos públicos e principalmente privados. Afinal o Plano de Manejo, onde se definem quais os ambientes que poderão ser explorados com a atividade só foi divulgado ha pouco menos de 01 ano.

De acordo com o Encarte III, p. 164, do Plano de Manejo desta Unidade, apesar da inexistência de autorização por parte da Chefia, existem algumas agências de turismo que realizam passeios no interior do Parque, dentre elas estão: Martin Travel, cujos passeios de caiaque são divulgados no *site*: www.martintravel.com.br, de uma agência de turismo de Foz do Iguaçu, com dois roteiros compostos por navegação entre o Porto Figueira até a praia de Paracaí (37Km), e da praia de Paracaí até o Porto Yara (32Km), com observação de flora e fauna e paradas para descanso em pequenas praias e lagoas, no último roteiro há também uma caminhada de 5Km pelo caminho Jatobá no interior da Ilha Grande. Entur Destino, de propriedade do Sr. Edson Camargo, que opera um barco para 30 pessoas, sendo o destino principal, a lagoa Saraiva, de grande beleza cênica, possui 12Km de extensão e é navegável em todo o trecho. Há outras embarcações menores com motores de popa, do tipo “voadeira”. Ivan Giasson, opera um barco lento, com capacidade para 70 pessoas; realiza um roteiro no interior do Parque, que abrange a Ilha São Francisco, Ilha das Gaivotas e lagoa Saraiva, adentrando a esta.

Todas essas atividades são realizadas a partir da porção paranaense do Parque e a preocupação maior do Instituto é que não existe um acompanhamento ou monitoramento do impacto que a visitação vem provocando.

Ainda de acordo com o Plano de Manejo, Encarte III, p. 172, hotéis e algumas agências de turismo, concentradas em Guaíra-PR, possuem alojamentos construídos em ilhas do Parque para abrigar grupos de pescadores amadores que procuram a região para a prática da pesca desportiva. “Alguns desses alojamentos tem capacidade para até 40 pessoas e sua manutenção é feita por moradores locais, que prestam serviços de zeladores”.

Segundo o relatório de Uso Público citado pelo Plano de Manejo, Encarte III, p. 172, há, variados festivais de pesca que são realizados em quase todos os municípios lindeiros ao Parque, que levam, geralmente o nome do peixe a ser pescado. São eventos sem datas fixas para ocorrerem, variando dentro das épocas mais propícias para a pesca da espécie determinada, conforme o calendário regional de eventos e as condições favoráveis de clima.

Conforme o Plano de Manejo, Encarte III, p. 170, a pesca desportiva tem recebido incentivos dos municípios com a organização desses grandes festivais de pesca, visando o turismo na região. Em 2006, por exemplo, a partir de dados obtidos do *site* da Prefeitura Municipal de Itaquiraí-MS, na 6ª edição da Itaquipesca foi estimado um público de 10 mil pessoas, que participaram nos três dias de festa.

A Chefe do Parque, afirma que já existe um planejamento de atividades para o Uso Público do mesmo, e que esse documento - Plano de Uso Público - se encontra em processo de revisão, já que a empresa entregou há uns 3 a 4 anos, devendo assim ser adequado á atualidade, Leonhardt, 2008, continua dizendo: “aliado a essa revisão temos que fazer um plano de capacidade e suporte, um outro de viabilidade econômica e então apresentá-los aos municípios, depois de aprovado pelo IBAMA, e só depois ser aplicado juntamente com os municípios, e eventualmente serão feitas concessões” á empresas ou pessoas físicas que se interessarem pela exploração turística dos locais.

O referido documento, construído pela mesma empresa que fez o Plano de Manejo (equipe multidisciplinar), possui sugestões de atividades diversas, para dentro e para fora do Parque (por municípios) e só poderá vir a público depois de revisado, pois como explica Leonhardt, 2008, há ali algumas alternativas que não são viáveis e nem serão no futuro próximo, ou mesmo longínquo, o exemplo usado por ela para contextualizar, são de algumas alternativas de passeio noturno, que se tornam inviáveis pela impossibilidade de operacionalização, visto a necessidade extrema de segurança.

A figura a seguir, mostra-nos a partir de um mapa como serão organizados espacialmente, os diferentes usos pretendidos para o Parque, a partir de zonas, a fim de facilitar a implementação de ações de manejo e melhor cumprir os objetivos de conservação.

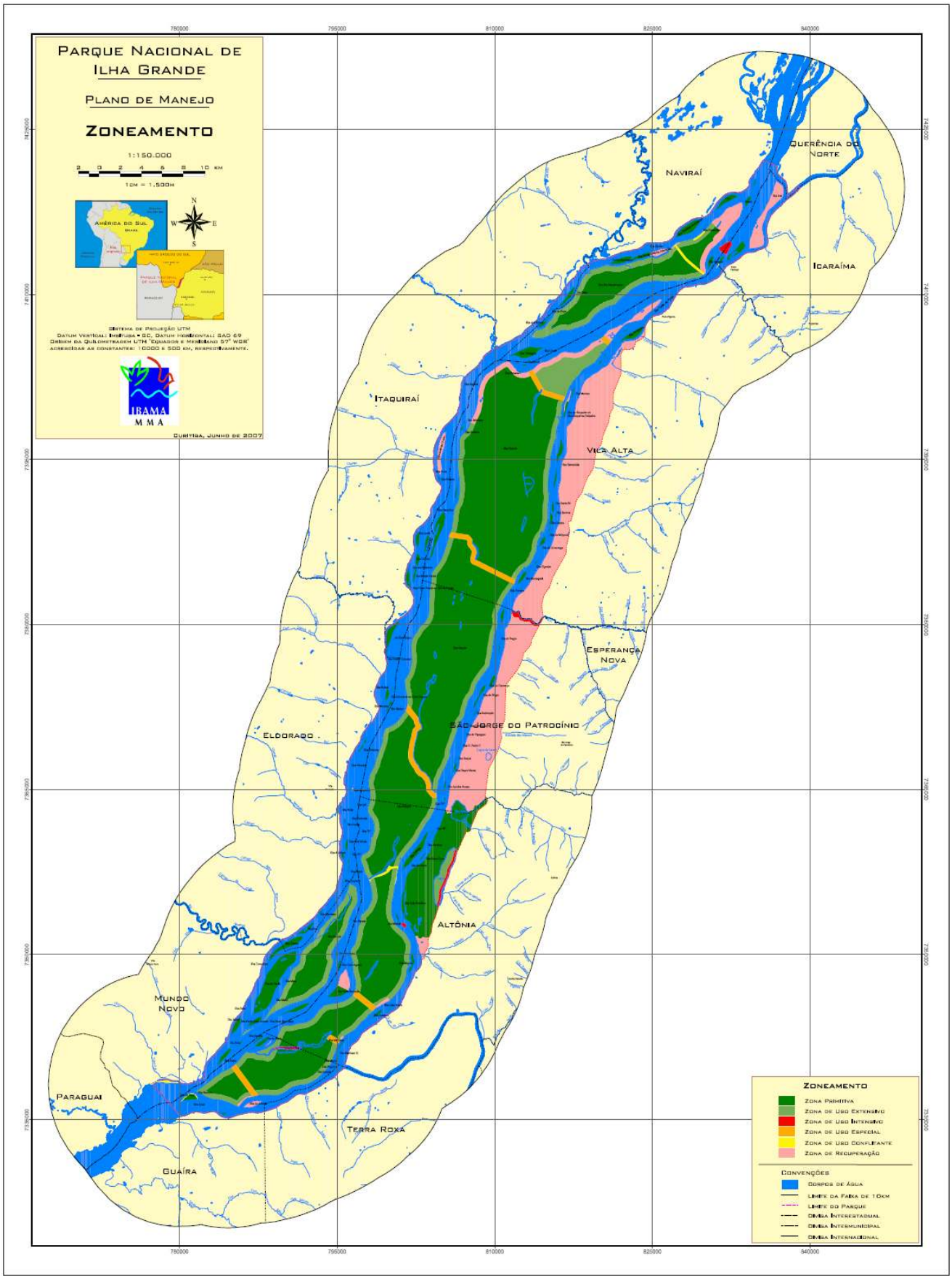

Figura 5 – Mapa de Zoneamento do PNIG.
Fonte: Arquivo do Escritório do Parque Nacional de Ilha Grande. Guaíra-PR.

Cada zona estabelecida e identificada no mapa corresponde a determinados cuidados e a determinados objetivos traçados de maneira específica. No Parque Nacional de Ilha Grande, foram estabelecidas 06 zonas de diferentes proporções, com limites, conceitos e normas variadas. A saber:

Tabela 1 – Zonas de Manejo e suas extensões relativas á área total do Parque Nacional de Ilha Grande.

Zona	**Área Relativa (%)**
Zona Primitiva	62,23
Zona de Recuperação	18,09
Zona de Uso Conflitante	0,37
Zona de Uso Especial	2,07
Zona de Uso Extensivo	16,72
Zona de Uso Intensivo	0,51
TOTAL	**100,00**

Fonte: Adaptado de Encarte IV, p. 12, Plano de Manejo do Parque.

De maneira sucinta a zona primitiva é composta de áreas naturais com mínima intervenção antrópica, onde os ecossistemas mantêm suas características primitivas. Segundo o Plano de Manejo, Encarte IV, p. 16, são áreas onde prevalecem elementos da biota ou da paisagem relevantes para a conservação e para a ciência. Sendo o maior objetivo, preservar integralmente os ecossistemas para garantir sua evolução natural.

A zona primitiva estende-se por 46.832,82ha, o que corresponde á cerca de 62,23% do Parque, foi constatada a existência de quatro dos seis sítios arqueológicos descobertos até o presente. Está dividida em cento e oitenta e sei áreas.

As duas maiores áreas, 12.110 ha e 9.986 ha correspondem, respectivamente à zona primitiva Lagoa Azul e à zona primitiva Lagoa dos Padres, ambas localizadas no interior da ilha Grande. Seguem, em tamanho, as zonas primitivas Lagoa Jatobá (4.639 ha), Lagoa Saraiva (3.791 ha), Lagoa Xambrê (3.271 ha), Ilha Bandeirantes Sul (2.398 ha), Ilha Peruzzi (1.398 ha) e Ilha Pavão (831 ha). As demais zonas primitivas se distribuem entre as ilhas menores do arquipélago.

Nessas áreas são proibidos qualquer tipo de exploração e construção de infra-estrutura, apenas as atividades de pesquisa científica e monitoramento serão admitidas, desde que não alterem os ecossistemas naturais.

A zona de recuperação contém as áreas muito alteradas ou completamente descaracterizadas de sua cobertura vegetal original por atividades humanas. De acordo com o Plano de Manejo, Encarte IV, p. 19, são zonas de caráter transitório, pois na medida em que sejam restabelecidas as condições naturais do ambiente, serão incorporadas a outras zonas, de acordo com sua vocação e com as revisões futuras do planejamento.

A zona de recuperação comporta 49,16% de áreas antropizadas e 46,50% de formações pioneiras com influencia Flúvio-Lacustre pressionadas por canais de drenagem, presença de gado bovino, espécies exóticas de capins e fogo, entre outros problemas. Essa zona contém uma área aproximada de 10.588,16 ha e de acordo com a Chefe do Parque uma pequena parte dela está em processo de estudo para efetivar o Uso Público.

Conforme o Plano de Manejo, Encarte IV, p. 21, a zona de uso conflitante distingue-se das demais pelos tipos de uso estabelecidos antes da criação do Parque, que são contrários aos seus objetivos de manejo, mas que devem ser ajustados á curto, médio e longo prazos. Há seis áreas de uso conflitante no Parque e cinco locais são utilizados como vias de tráfego terrestre e aquático, cujos usos deverão ser regulamentados e receber ações especificas de manejo. Assim não será impedido o uso desses locais, mas eles serão normatizados, organizados e fiscalizados.

Cerca de 65% da zona de uso conflitante são compostos por formações pioneiras com influência Flúvio-Lacustre (183ha) e 28% (78,4ha) por áreas antropizadas (rodovias, estradas, áreas degradadas, construções, pastagens, plantios e demais usos antrópicos), as estradas dentro das ilhas servem á pescadores, turistas e moradores da região como atalho entre os canais leste e oeste do rio Paraná.

Tabela 2 – Zonas de Uso Conflitante do PNIG, suas áreas absolutas e relativas.

Zona de Uso Conflitante:	**Área (há):**	**Área Relativa (%):**
Lagoa Jatobá	85,58	37,57
Rodovia (BR-487 á PR-82) complexo de pontes Luís Eduardo Magalhães	79,37	34,84

Ilha do Bugio	53,68	19,07
Ilha Bandeirantes	30,93	13,58
Ilha Pacu	22,58	9,91
Ilhas Gêmeas	9,34	4,10
Total	**281,48**	**100,00**

Fonte: Adaptado de Encarte IV, p. 23, Plano de Manejo do Parque.

O Plano de Manejo, Encarte IV, p. 24, explica que é na zona de uso especial que deve estar contida a infra-estrutura destinada á administração, manutenção e serviços de Unidades de Conservação federais. No PNIG. seu setor administrativo foi implantado na sede do município de Guaíra-PR, por essa razão, as zonas de uso especial englobam somente aceiros existentes ou reservam locais para sua implantação, quando necessários ao manejo do Parque, a fim de protegê-lo contra incêndios.

A zona de uso extensivo é uma zona de transição entre a zona primitiva e a zona de uso intensivo, ela é composta de pequenas áreas dispersas com um intenso grau de alteração antrópica ao longo das margens das ilhas maiores, mas que não justificam a criação de uma zona de recuperação pelo seu tamanho e concentração.

Conforme o Plano de Manejo, Encarte IV, p. 27, o principal objetivo nessa zona, é manter os ambientes naturais com mínimo impacto humano e possibilitar o acesso do público para fins educacionais e de lazer, com implantação mínima de infra-estruturas e equipamentos turísticos. Desta forma, “propiciar atividades de educação, contemplação e interpretação da natureza de baixa intensidade e baixo impacto”.

Ainda de acordo com o Plano de Manejo, Encarte IV, p. 27, na zona de uso extensivo será permitida a visitação de baixo impacto, após a efetivação do Plano de Uso Público, o acesso de visitantes será condicionado ao acompanhamento de guias especializados em turismo e conhecedores dos ecossistemas do Parque e de normas de segurança. As espécies domésticas da fauna e da flora ocorrentes nesta zona deverão ser erradicadas.

São dezoito as zonas de uso extensivo, que predominantemente situam-se ao longo das margens das ilhas Grande, Bandeirantes e Peruzzi, cada uma delas nomeadas com topônimos ou locais específicos, descritas na tabela a seguir:

Tabela 3 – Zonas de Uso Extensivo do PNIG, suas áreas absolutas e relativas.

Zonas de Uso Extensivo:	**Área (há):**	**Área Relativa (%):**
Ilha Bandeirantes Sul	1.701,387	13,52
Ilha Peruzzi	1.492,037	11,86
Porto Figueira	1.277,487	10,15
Paracaí	1.044,611	8,30
Lagoa Azul	876,273	6,96
Porto Morumbi	860,555	6,84
Pirajuí	827,917	6,58
Porto Byington Leste	680,343	5,41
Lagoa Saraiva Norte	549,656	4,37
Porto Byington Oeste	546,714	4,34
Porto Santo Antonio	524,619	4,17
Piquiri Sul	481,702	3,83
Lagoa Ilha Grande Sul	420,666	3,34
São João	370,624	2,95
Lagoa Xambrê	338,716	2,69
Lagoa Saraiva Sul	225,376	1,79
Piquiri Norte	198,057	1,57
Ilha Bandeirantes Norte	167,47	1,33
Total	**12.584,21**	**100,00**

Fonte: Adaptado de Encarte IV, p. 28, Plano de Manejo do Parque.

A zona de uso intensivo constitui-se de áreas mantidas o mais próximo possível de suas condições originais, onde se concentram as atividades públicas atribuídas à Unidade de Conservação e na qual pode ser implantada infra-estrutura necessária à visitação.

Segundo o Plano de Manejo, Encarte IV, p. 31, essas áreas tem o objetivo de facilitar a entrada e a permanência de visitantes no Parque Nacional de Ilha Grande, para a prática de atividades de recreação e educação ambiental, com mínimo impacto. Além disso, objetiva-se abrigar nessas áreas a “maior parte da infra-estrutura de apoio ao turista tais como centro de apoio ao visitante, áreas de recreação e descanso, sanitários, lixeiras, eventuais pontos de comércio (lanchonete e loja de *souvenirs*)”. Para tanto é estabelecido no documento uma série de normas:

> Os serviços de atendimento ao público deverão ser executados por meio de contratos de concessão ou de parceria com as prefeituras dos municípios onde o Parque está inserido. Os condutores de visitantes deverão ser capacitados por empresas especializadas para o exercício de sua função e cadastrados junto à administração do Parque. Todo visitante deverá passar pelo centro de visitantes, a fim de cadastrar-se e receber as orientações necessárias para a prática da atividade no Parque. As áreas destinadas à permanência de visitantes deverão ser devidamente sinalizadas (com instalação de elementos educativos, interpretativos e indicativos). Sempre que possível deverão ser eliminadas as espécies exóticas dessas áreas. Não é permitido banho na Lagoa Saraiva. Encarte VI, p. 31, Plano de Manejo.

A zona de uso intensivo estende-se predominantemente sobre água (71%), uma vez que das seis áreas, a maior delas, com 110,58ha, está inteiramente dentro da Lagoa Xambrê e a terceira em tamanho, com 78,11ha, está integralmente situada na Lagoa Saraiva.

Tabela 4 – Zonas de Uso Intensivo do PNIG, suas áreas absolutas e relativas.

Zona de Uso Intensivo:	**Área (há):**	**Área Relativa (%):**
Lagoa Xambrê	110,58	28,86
Paracaí	106,93	27,91
Lagoa Saraiva	78,11	20,39
Praia do Meião	73,55	19,20
Masuki	11,49	3,00
Praia das Gaivotas	2,48	0,65
Total	**383,14**	**100,00**

Fonte: Adaptado de Encarte IV, p. 23, Plano de Manejo do Parque.

Já está definido no Plano de Manejo, Encarte IV, p. 33, o horário de visitação ao Parque, que deverá ser das 8h00min às 18h00min de terça a domingo, mantendo as segundas-feiras restritas aos serviços administrativos.

Ainda em conformidade com o referido documento, a implantação de qualquer infra-estrutura no Parque deverá limitar-se às necessidades de manejo, devendo-se empregar tecnologias de baixo impacto ambiental e formas harmoniosas com a paisagem, para a sua construção.

Mesmo não sendo efetivada a atividade turística dentro do Parque, de maneira legal, as territorialidades turísticas em seu interior e ao seu redor já estavam sendo impostas há tempos através das convergências entre os diferentes atores sociais que ali se estabeleceram, afinal, comungam de um mesmo espaço e dividem

as responsabilidades na construção do mesmo, basicamente, dois grupos sociais; os ilhéus ou ribeirinhos que não deixaram de exercer suas atividades cotidianas dentro e fora do Parque, como a pesca, a agricultura, a pecuária; e os veranistas que usufruem das áreas a partir do exercício ao lazer, além disso, em alguns casos a população local presta serviços diretos aos veranistas, o que promove o confronto entre as realidades divergentes.

De acordo com TURRA NETO (2000), o comportamento, os hábitos, as roupas semelhantes impõem a presença de determinado grupo ou determinadas práticas sociais em uma determinada área, e em sua concepção isso é compreendido como territorialidade.

Assim, a atividade turística dos quatro municípios do Mato Grosso do Sul que fazem divisa territorial com o Parque é apoiada pelas Residências Secundárias, que efetivam a territorialidade dentro e no entorno do Parque e dinamizam o espaço quando constituem um novo território.

Uma vez que as Residências Secundárias foram instaladas com o auxilio do ilhéu ou ribeirinho, as territorialidades turísticas já foram impostas por esses “visitantes” cujo modo de vida e interesse pessoal em relação ao ambiente se confronta com a realidade vivenciada pelo habitante local.

O espaço geográfico é dinamizado pelas relações interpessoais que constituem “barreiras” e “limites” de confrontação entre realidades e seres distintos.

SPOSITO (2008), afirma que de um lado, o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta como lugar de realização da vida humana, que ocorre diferencialmente no tempo e no lugar e que ganha materialidade por meio do território. Nessa perspectiva vale destacar o que HAESBAERT (2006, p. 56) ensina sobre território:

> O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. O território dessa forma é uma produção a partir do espaço e qualquer projeto que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

De acordo com MILANI & ARANHA SILVA (2007), o homem ocupa o espaço por meio das ações e objetos e a partir dele configura e se apropria do território; logo, o território é decorrente das ações humanas e a articulação entre os

atores movidos por interesses comuns em torno de uma mesma atividade organiza e fortalece o território.

Cada município investigado sobre a ótica do campo de relações com o Parque Nacional de Ilha Grande, apresenta uma realidade que se manifesta nas intenções de promover o turismo utilizando-se das “belezas cênicas” e dos recursos naturais ali existentes, isso proporcionaria uma nova funcionalidade ao espaço em questão e (re)qualificaria o território. O que significa dizer que um novo território se consolidaria, pautado em relações de novos interesses e de outras dinâmicas sócio-espaciais.

Nesse contexto, o turismo pode ser uma ferramenta de desenvolvimento, podendo ou não, contribuir para a dinamização econômica e social de cada município, além de possibilitar a valorização e preservação dos recursos naturais existentes no Parque Nacional de Ilha Grande e em seu entorno.

A Chefe do Parque expõe de maneira pessoal, que independente da existência do mesmo a atividade turística é bem vinda para qualquer região, contudo, lembra: “deve ser muito bem pensada e planejada”. Leonhardt, 2008, continua sua explanação sobre o turismo dizendo que o trabalho do Parque é de estimular sim a atividade, pois se entende que ele tem que ser uma fonte de desenvolvimento regional, sendo uma das atrações. Nas palavras da entrevistada: “(...) o nosso plano prevê exatamente a integração entre atrações no Parque e fora dele, isso é um plano de desenvolvimento regional. Vai dar certo? Não sei! Vai depender de muito trabalho, não só da equipe do Parque, mas também dos municípios e do apoio das comunidades”.

Leonhardt, 2008, explica que deve haver um entendimento da comunidade que tem de reconhecer que não poderá mais passar os finais de semana em suas casas no Parque, “pois isso não é uso público”, afirma. Por isso destaca: “(...) nós prevemos algumas ações de convencimento, onde envolve educação, palestras, cursos, enfim, tudo isso está inserido num grande plano de estratégia de aplicação, e é claro que isso não vai acontecer de hoje para amanhã, pois estamos começando a trabalhar com o uso público”.

Cada município do Estado do Mato Grosso do Sul que se delimita com o Parque Nacional de Ilha Grande possui uma realidade e por isso faz-se necessário apresentar as propostas turísticas planejadas pelo poder público de cada um de forma separada.

3.1 O município de Naviraí-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno.

O município de Naviraí possui aproximadamente 41.091 habitantes (IBGE-2006), seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.751 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

De acordo com o *site* da Prefeitura, a região Cone Sul que ampara Naviraí é formada por municípios de origem agropecuária, contudo Naviraí exerce também a função de pólo comercial e industrial.

Segundo o mesmo *site*, a rede hoteleira da região é modesta e tem sua estrutura destinada a atender viajantes (vendedores) e homens de negócios. Os serviços de hotelaria e restaurantes são de modo geral administrados por familiares.

De acordo com a turismóloga[24] do município, apesar de possuir cerca de 300 leitos, as acomodações existentes não suportam os turistas quando há algum evento; em suas palavras:

> (...) há pessoas que vão até Itaquiraí para se hospedar nos hotéis, somos deficientes nisso e também o nosso aeroporto é só a pista, não faz embarque e desembarque, é só pra aviões de médio porte, na questão de bancos e hospitais está melhor do que com relação aos hotéis, e a rede de alimentos e bebidas, restaurantes, está ali na média, em geral acho que a estrutura é regular, não conseguimos acomodar todos quando há eventos e precisamos melhorar os restaurantes, só temos 02 de boa qualidade.

Naviraí possui 05 Unidades de Conservação dentro do município, dentre elas, uma parte do Parque Nacional de Ilha Grande com 6.585,6880 ha. correspondente á seu território, o Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí, com cerca de 12ha. o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, que tem em seu total cerca de 73.000,00 ha. e Naviraí possuí cerca de 16.000,00 ha. em seu território, e o Parque Natural Municipal Naviraí, que terá em seu total 16.300,00 ha, mas que ainda está em fase de constituição, já que está sendo composto a partir de compensação de Reserva Legal, conforme explica o gerente[25] de Meio Ambiente: “ele já começou com uma doação de 2.843,00 ha, e como será de doação em

---

[24] Priscila Volpato Nascimbeni, turismóloga que compõe o corpo técnico da Gerência de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Naviraí-MS. Concedeu a este trabalho uma entrevista dia 12/05/09, formalizada a partir de anuência para publicação.

[25] Professor João do Carmo Neves, gerente municipal de Meio Ambiente de Naviraí-MS. Concedeu a este trabalho uma entrevista dia 19/05/09, formalizada a partir de anuência para publicação.

doação, ele irá sendo composto até o final de 2009, acredito"; além da APA das ilhas e várzeas do rio Paraná.

De maneira geral, as Unidades de Conservação são criadas pelo estimulo do ICMS ecológico, mas também com a intenção de serem usadas como atração no processo de implementação da atividade turística, já que a Lei abre essa possibilidade, que aos olhos do poder público se torna mais um gerador de renda para o município.

Segundo o Professor João do Carmo, Naviraí, recebeu no ano de 2008 um valor de R$2.322.280,41 (dois milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e oitenta reais e quarenta e um centavos), de ICMS ecológico, desse valor, cerca de 40% foi referente ao Parque Nacional de Ilha Grande, esse recurso vem servindo ao município como ponto de apoio para a criação de novas Unidades, além de manter a gerência de Meio Ambiente, com seus núcleos técnicos e seus diversos serviços públicos.

Com relação do Parque Nacional de Ilha Grande especificamente, o ambiente já estava sendo usado pelos veranistas do município [como é o caso de todos os municípios que se delimitam com o mesmo], e também de regiões próximas, no caso de Naviraí-MS as casas de veraneio situam-se na APA federal, no Porto Caiuá, área ribeirinha do rio Paraná, que foram interditadas com o propósito de regularizar a área que deveria ser ocupada pela mata ciliar.

No Porto Caiuá há uma estimativa de 58 famílias ribeirinhas residindo atualmente. Há também uma estimativa de 29 casas de veraneio. [Levantamento feito pelo IBAMA e pela Prefeitura Municipal de Naviraí].

As pessoas que desfrutam daquele ambiente para lazer nos finais de semana e feriados, são em sua maioria da própria cidade, contudo há pessoas do Estado do Paraná, e até de São Paulo. O Professor João do Carmo afirma que o mais antigo clube pertence a uma família de Sorocaba no Estado de São Paulo.

De acordo com o Professor, os ribeirinhos ocupam a área do Porto desde a colonização do município de Naviraí, pois era uma importante via de acesso ao Estado do Paraná; as Áreas são de Preservação Permanente, como em Itaquiraí, Eldorado e Mundo Novo, são áreas que deveriam resguardar a mata ciliar do rio Paraná, como a ocupação é irregular, diz o Professor, eles não se importam em vender partes de seus terrenos aos veranistas, os títulos de propriedade são feitos verbalmente e escritos á mão.

A iniciativa de interditar as casas de veraneio no Porto Caiuá, foi do Ministério Público Federal, por intermédio do Sandro chefe da APA federal, que tentou regularizar a área. Contudo na tentativa de resolver o problema da ocupação irregular da APP, descobriu-se que havia em sua maioria, ribeirinhos residentes no local há mais de 40 anos, isso antes mesmo da Lei de Código Florestal, (1.965), sendo assim essas pessoas estariam imunes á ela, então o Ministério Público Federal tomou por bem, que as ocupações das casas de veraneio deveriam ser retiradas, e permaneceriam somente as casas dos ribeirinhos.

A pesar do rio Paraná ser um rio Federal, somente em Naviraí houve essa interdição, segundo o Professor João do Carmo, nos outros municípios que se delimitam com o Parque, isso não aconteceu.

Em uma visita de campo no Porto Caiuá constatamos essa interdição, e também a revolta da população ribeirinha que dependia do dinheiro trazido pelos veranistas na compra de produtos comercializados por eles, ou no pagamento da mão de obra, por serviços prestados.

O Porto Caiuá foi objeto de pesquisa do referido trabalho dissertativo, pois a população ribeirinha que ali reside, está iludida com a possibilidade da implementação da atividade turística, já que o local recebia periodicamente a visita de veranistas, proprietários de casas, conhecidas como “clubes”, o que acendia a economia local, e que atualmente estão interditados por Lei federal, lacrados pelo órgão competente.

No dia 09 de dezembro de 2008 foram entrevistadas 05 pessoas[26] residentes do Porto Caiuá:

Sr. Maurício, brasileiro, casado, comerciante, 48 anos, natural de Pereira Barreto-SP, possuí como nível escolar o ensino médio completo, tem 03 filhos que dele dependem financeiramente, sua remuneração média mensal é de R$2.500,00. Reside no Porto Caiuá de maneira fixa há 23 anos. É presidente da Associação de moradores do Porto Caiuá.

Ele nunca morou nas ilhas, chegou ao Porto Caiuá no dia 03/06/1985 para trabalhar de empregado em um posto de gasolina, que fechou anos depois. Sr. Maurício se aproveitou do movimento decorrente ao trânsito local por conta da Balsa que era a única ligação entre os Estados e negociou com um ribeirinho local sua propriedade atual no Porto, além de negociar com o fazendeiro (proprietário das

[26] Os personagens receberam nomes fictícios a fim de preservar a privacidade dos mesmos.

terras da região) o direito de fixar-se ali, assim abriu um comércio alimentício e uma borracharia que teve que ser fechada após a construção da rodovia do Porto Primavera, e da rodovia do complexo de pontes Luiz Eduardo Magalhães, que liga o município de Itaquiraí-MS á Icaraíma-PR, pela conseqüente queda de fluxo. Aparentemente o Sr. Maurício é muito bem estruturado financeiramente (comparando com os outros entrevistados) possuí duas casas pequenas em Naviraí (para seus filhos trabalharem e estudarem), uma casa ali no Porto, o comércio confortável e um veiculo automóvel.

Sr. Getúlio, brasileiro, viúvo, agricultor aposentado, 83 anos, natural de Piracicaba-SP, analfabeto, não tem dependentes, além do salário mínimo, recebe R$200,00 por mês para zelar de 04 clubes vizinhos de sua casa. Reside no Porto Caiuá há 43 anos.

O Sr. Getúlio chegou ao Porto Caiuá para trabalhar em sistema camponês[27] na Fazenda Caiuá como agricultor de arroz basicamente, ele relata que por muitas vezes ajudou a desviar o curso do rio laranjaí para as roças de arroz da fazenda, além de desmatar tais áreas. Com os recursos excedentes de sua produção ele comprou o direito de posse de aproximadamente 10 alqueires da ilha grande, onde possuía criação de gado e cultivava lavouras temporárias de arroz, milho, mandioca, entre outras culturas. Com a criação do Parque Nacional de Ilha Grande ele foi obrigado a abandonar a área sem a ilusão de ser restituído de algum direito indenizatório. Há 18 anos negociou a posse de uma casa no Porto Caiuá e assim como o Sr. Maurício teve que pedir o aval do fazendeiro para isso.

Sr. Jeremias, brasileiro, separado, aposentado, 78 anos, natural de Virgem da Lapa-MG, analfabeto, tem 06 filhos, mas nenhum dependente, um de seus filhos mora com ele e trabalha na fazenda, além de pescar para o consumo basicamente, sua remuneração é de um salário mínimo. Reside no Porto Caiuá há mais de 30 anos.

Assim como o Sr. Getúlio, o Sr. Jeremias chegou ao Porto Caiuá para trabalhar na Fazenda, hoje aposentado reside em uma das casas construídas na área, não possuí bem nenhum e diz que quando sua moradia e lavouras de subsistência forem substituída pela recomposição da mata ciliar (área de APP) ele nem estará vivo para ver.

---

[27] O Fazendeiro, como forma de pagamento, cedia uma parte de sua propriedade para seus funcionários plantares suas próprias lavouras.

Sr. Santos, brasileiro, casado, aposentado, antigo operador da balsa pertencente á empresa Bergamo, 58 anos, natural de Mangueirinha-PR, possuí como nível escolar o primário, tem 03 filhos, mas somente o mais novo reside com ele e sua esposa, sua remuneração é complementada com a venda de excedentes de sua produção de mandioca e da pesca exercida por ele e seu filho de 17 anos. Reside no Porto Caiuá há 15 anos aproximadamente.

O Sr. Santos chegou ao Porto Caiuá em 1993 para trabalhar operando a balsa que fazia o trajeto no rio Paraná transportando os veículos e pessoas de um estado para o outro, após 09 anos de trabalho conseguiu se aposentar e mesmo assim continuou residindo no local, em uma das casas da firma que presta o serviço no local, declara não possuir bens e reclamou muito pela falta de assistência política e infra-estrutura, como escola, atendimento médico e policial. Está preste a se mudar para o Porto Morumbi (Eldorado-MS) com a esperança de melhora de vida.

Senhorita Jussara, brasileira, solteira, do lar, mas com desejo de concluir os estudos, 22 anos, natural de Querência do Norte-PR, possuí o ensino médio incompleto, tem 02 filhos; ela e sua irmã Tatiane, 21 anos, mãe de 03 filhos, são dependentes e residem com seus avós e um tio, todos aposentados no Porto Caiuá desde que nasceram. Seus avós residem no Porto há aproximadamente 40 anos, antes de se aposentarem eram pescadores.

Esta representa a família mais carente visitada no estudo de campo, e o interessante é que eles se consideram privilegiados por não dependerem da pesca como fonte de renda, afinal, nas palavras da entrevistada: “temos 03 salários mínimos garantidos”. A moradia é um rancho de madeira sem piso, com 04 cômodos que acomoda 10 pessoas. As remunerações de Jussara e de Tatiane são as diárias de limpeza que elas fazem nas casas de veraneio (R$20,00 quando os proprietários aparecem), com a interdição dos “clubes” a renda da família é menor. Os vizinhos de sua casa é quem as contratam, Jussara relata que quinzenalmente eles vinham e que elas cuidavam de 03 clubes.

De acordo com Sr. Maurício, o Porto Caiuá possuí aproximadamente 32 casas de veraneio construídas em APP, misturadas ás casas dos ribeirinhos, isso porque foram os ribeirinhos que venderam as áreas para que os veranistas construíssem seus “clubes”. Segundo o Sr. Maurício foi por causa dessas casas que a infra-estrutura de água encanada e energia elétrica existe no local.

Após a construção das pontes a economia local foi prejudicada, afinal, como afirma Sr. Maurício, o trânsito de veículos diminuiu cerca de 90%, os menores comerciantes faliram, fechando seus estabelecimentos abandonando o local, assim as esperanças de ascensão econômica foram todas voltadas para exploração turística e com a interdição das casas de veraneio essas esperanças estão distantes de se concretizarem aos olhos dos ribeirinhos.

Todas as pessoas entrevistadas não têm uma idéia formada sobre o que seja o turismo, além disso, suas visões estão voltadas basicamente para a lucratividade financeira que a atividade lhes garantirão, através da disponibilidade de mão-de-obra, da venda de seus produtos, como o peixe, os legumes e verduras produzidos no quintal, os artesanatos, em suma, o turismo é visto como a solução para todos os problemas financeiros dos habitantes do Porto Caiuá.

A Jovem Jussara nos lembra da "diversão" trazida pelos "turistas", afinal, declara a entrevistada: "eu e minha irmã somos jovens, precisamos nos divertir", a vinda dos veranistas traz, segundo ela, a única diversão existente no local.

O Sr. Maurício é o único que reconhece a necessidade do investimento maciço em infra-estrutura confortável para receber o fluxo de turistas, mas lembra que os ribeirinhos (inclusive ele) não possuem condições financeiras para isso, e com receio de que futuros investidores se instalem ali a fim de explorarem economicamente as belezas cênicas das U.C. que os rodeiam (Parque Nacional de Ilha Grande, Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e Parque Natural Municipal Naviraí) os ribeirinhos decidiram montar a Associação de Moradores, (devidamente registrada) na qual o Sr. Maurício é presidente, assim a associação por meio de assembléias decide e seleciona os moradores do local, "mantendo certas garantias", como afirma o Sr. Maurício.

O plano inicial da população é vender artesanatos de argila, bambu, e de matérias primas naturais diversas, abundantes do local, vender passeios de barco pelos canais e praínhas do rio Paraná, e tentar com a ajuda do governo construir uma pousada e uma praça de alimentação para receber os turistas priorizando o trabalho do habitante local, "administração local" insiste o Sr. Maurício.

Foto 18 – Imagens do Porto Caiuá – APP em Naviraí-MS.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (09/12/2008).

Foto 19 – Casas de veraneio do Porto Caiuá.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (09/12/2008).

Conforme as explicações de Volpato, 2009, o primeiro projeto turístico a ser desenvolvido no município de Naviraí será o ecoturismo de base comunitária, no Porto Caiuá. Nas palavras da turismóloga: "(...) a gente vê que a região tem um grande potencial turístico e a população também necessita, né, porque são em torno de 60 famílias que vivem em condições precárias que a gente pode estar ajudando a melhorar".

Segundo a entrevistada, no Porto Caiuá, há muitos recursos naturais que faltam ser transformados em atrativos turísticos, em seu depoimento ressalta:

> (...) vamos trabalhar em cima do ecoturismo mesmo, com trilhas, cachoeira, *rafting*, se tiver paredões vamos trabalhar com *rapel*, flutuação, a gente vai partir para essa área, como se fosse em Bonito, rio, bote. Pensamos em construir um *Resort*, lá no Porto Caiuá, mas isso vai ser difícil por conta das legislações ambientais. Nós temos cerca de 18 ilhas do Parque Nacional da Ilha Grande, que pertence ao município de Naviraí, então a gente vai tentar a partir de 2012 desenvolver o turismo náutico, com barcos, flutuação, passeio de barco, mergulho, (...) já estamos pensando. Usando como atrativo a contemplação da beleza cênica, mergulho, ecoturismo mesmo, turismo de aventura também. Temos a intenção de criar um ônibus para levar as pessoas da cidade pra visitar os recursos, para informar a população local do que a gente tem, porque uma grande parte da comunidade nem sabe das Unidades de Conservação que existem na nossa cidade.

Além dessas propostas, a turismóloga afirmou que em uma parceria com a gerência de cultura, estão planejando a construção de um museu a fim de expor as peças encontradas nos sítios arqueológicos do Parque e do próprio Porto.

Com relação a visitação e á contemplação dos futuros atrativos, a turismóloga vê a necessidade de focar primeiro a comunidade local, depois os turistas da região, e assim receber as pessoas que estejam de passagem para Bonito ou Pantanal, e até mesmo turistas do exterior, pois como diz Volpato, 2009: “eles estão procurando muito pela natureza, e o que a gente mais tem aqui, é recurso natural, a gente vai trabalhar com todos os turistas, tanto com os daqui da região, quanto de outros estados e até de outros países”.

A turismóloga relata que todas essas informações já estão na Fundação de Turismo esquematizadas, e que o desenvolvimento desses projetos vão sendo realizados aos poucos.

De acordo com a entrevistada está sendo criado o Conselho Municipal de Turismo, assim todos os projetos deverão passar por ele, depois pelo fórum e por fim chegar ao Ministério do Turismo para a captação de recursos, depois desse processo vão ser designados os técnicos, que fazem uma avaliação da região, e uma analise geral do que será preciso enquanto recursos humanos e financeiros para efetivar os projetos. Naviraí foi considerada pela Fundação de Turismo a partir de uma visitação feita há dois meses, como uma cidade de grande potencialidade turística.

Antes, Naviraí pertencia á região caminhos da fronteira, o pólo de discussão e concentração de recursos era Nova Andradina, houve uma mudança na regionalização turística do Estado e atualmente Naviraí é o pólo da região turística do Cone Sul, e de acordo com a turismóloga, foi o único município a receber do

Ministério do Turismo um recurso de oitocentos mil reais para a construção de um aeroporto melhor estruturado. Fazem parte dessa região, Naviraí, Itaquiraí, Eldorado, Mundo Novo, Juti, Japorã e Iguatemi.

Sendo pólo regional turístico, divulgada pelo *site* da prefeitura como a cidade de bem viver, Naviraí pretende se destacar como centro regional de recepção ao turista, além de atrair investimentos privados nesse propósito.

3.2 O município de Itaquiraí-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno

O município de Itaquiraí possui aproximadamente 17.751 habitantes (IBGE-2006), seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.71 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Este município que também se delimita com o Parque possui dois hotéis, um com 19, outro com 18 apartamentos, todos com TV, Ar, cama de casal e de solteiro. Somados os 37 leitos, não suportam a demanda. Em uma conversa informal com um dos proprietários, descobrimos que em épocas de festas há uma superlotação e muitos visitantes procuram em cidades vizinhas acomodações. A Prefeitura Municipal realizou há pouco tempo um concurso público na área da saúde e de acordo com esse empresário, muitos candidatos pernoitaram na rodoviária por falta de vagas. A infra-estrutura do município é basicamente para amparar a comunidade itaquiraiense, as lanchonetes, os restaurantes, os hotéis, a única agencia bancária da cidade, são todos de pequeno porte.

Com relação à atividade turística, Itaquiraí também possui alguns trabalhos em andamento com a exploração de recursos naturais como é o artesanato com fibra de bananeira e a iniciação do turismo rural, embasado na Agricultura Familiar e suas produções alimentícias.

A Área de Preservação Permanente do rio Paraná, que faz parte do município de Itaquiraí, não possui casas de veraneio, isso porque esses estabelecimentos são localizados no interior do Parque, espalhados pelas 17 ilhas correspondentes ao seu território.

Contudo, de acordo com a bióloga[28], responsável pela gerência de Meio Ambiente em Itaquiraí, as áreas de encosta do Rio Paraná foram loteadas pelo INCRA na promoção da Reforma Agrária no município, sem respeitar a distância (500m) de mata ciliar correspondeste ao rio.

Na área ribeirinha de acesso ao público, estão exatos 48 lotes do Assentamento Sul Bonito, além do antigo Porto Santo Antônio (Foto 20), onde existem mais de 20 famílias de pescadores residentes.

Foto 20 – Antigo Porto Santo Antônio – APP em Itaquiraí-MS.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (Janeiro/2008).

[28] Francielli Ludyana Bússolo, bióloga que compõe o corpo técnico da Gerência de Meio Ambiente de Itaquiraí-MS. Concedeu a este trabalho duas entrevistas uma no dia 06/02/07 e outra no dia 08/05/09, formalizadas a partir de anuência para publicação.

Desses 48 lotes, 03 são onde se estabelece o maior ponto de lazer do município, chamado, praia da Amizade, é neste ambiente (zona de amortecimento ao Parque), que acontece uma grande parte das festividades comemoradas; ela está há aproximadamente 21 Km de distância da cidade, e é cede permanente do Itaquipesca, um tradicional evento de competição de pesca, com *camping*, *shows* musicais, apresentações culturais e variadas atividades desportivas, promovidas pelo município, com oferta de vários prêmios, dentre eles, barcos, motores e até automóveis zero Km.

Um evento regionalmente conhecido e divulgado, que se encontra em sua oitava edição e mobiliza um público de cerca de 10 mil pessoas, segundo o site da prefeitura.

Foto 21 – Praia da Amizade – APP em Itaquiraí-MS.
Fonte: www.itaquirai.ms.gov.br

A Praia da Amizade possui infra-estrutura para acomodar as pessoas que gostam de acampar, com churrasqueiras, pias de louça com água encanada acompanhadas por lixeiro e tomada elétrica, banheiros com chuveiro elétrico e vestiários, conjuntos sanitários, rede de energia com disposição de lâmpadas por todo o ambiente, rampa para embarque e desembarque para barcos e lanchas.

Foto 22 – Vista parcial da Praia da Amizade, Itaquiraí-MS.
Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 210.

De acordo com a gerente de Desenvolvimento Econômico[29], as propostas turísticas de Itaquiraí, que usufruiriam das áreas do Parque, estão em fase inicial, pois como ressalta: “hoje nosso maior espaço para a exploração do turismo é a Praia da Amizade, e a partir dela pensamos em estender para passeios de barco, visitas nas ilhas, entre outras atividades (...) mas enquanto a área não é regularizada não podemos fazer nada de mais ousado a não ser manter a estrutura que já temos ali”.

Por serem áreas loteadas indevidamente, esses terrenos não estão regularizados, por isso explica Oliveira, 2009, não é possível conseguir licença

[29] Professora Valdenice de Oliveira, gerente de Desenvolvimento Econômico e Turismo do município de Itaquiraí-MS. Concedeu a este trabalho uma entrevista dia 11/05/09, formalizada a partir de anuência para publicação.

ambiental para nenhum tipo de construção turística, ou atividade. Nas palavras da entrevistada:

> Nós temos um projeto arquitetônico maravilhoso para a Praia da Amizade, porém dependemos dessa regularização, e como o INCRA vai regularizar a praia (03 lotes) e deixar os outros 45 lotes sem a devida regularização. Estamos tentando resolver esse problema. Porque ali a Prefeitura não pode nem desapropriar, nem comprar as áreas, pois não há títulos de propriedade das terras, sendo assim ainda pertencem ao INCRA, embora, já tenham sido doados.

Antes de relatar o que se pretende fazer para fomentar o turismo na região, a gerente é bem cautelosa em suas palavras e lembra que primeiramente é preciso estudar o Plano de Manejo do Parque, contudo o município vai esperar pelas propostas que virão do Instituto Chico Mendes, pois de acordo com a mesma, na última reunião com a Chefia do Parque, no Porto Figueira, Estado do Paraná, eles garantiram que vão discutir com cada município o que será feito em cada área que os correspondem. Adiantando alguns planejamentos futuros, Oliveira, 2009, afirma:

> É preciso melhorar a estrutura da Praia, sem melhorar a estrutura não é possível pensar em projetos mais ousados, porque ali vai ser um grande ponto de Desenvolvimento Econômico, quando se pensa que vamos precisar de guias, vamos precisar de gente que pilote os barcos para os turistas, a questão da gastronomia, então pensamos numa série de projetos para o local. Nós já estamos discutindo a questão da colônia de pescadores para realizar ali um processo de revitalização para recuperar a imagem do antigo Porto Santo Antonio, e criar ali um ponto de turismo também, vamos apresentar esse plano no papel para estar trazendo recursos do governo federal, criando ali um *point* para barqueiros e recuperando a imagem do pescador aliado ao Porto. Já estivemos debatendo sobre esse plano com o superintendente da Secretaria Nacional da Pesca em Campo Grande, vamos estar em breve debatendo com os pescadores sobre o assunto.

A esse respeito a gerente afirma que se pretende qualificar os habitantes locais para as eventuais prestações de serviços, e também, relata que atualmente os projetos turísticos estão recebendo um incentivo especial do governo federal, com disposição de recursos financeiros e apoio técnico.

Oliveira, 2009, afirma que nesse processo há uma parceria sendo realizada entre a gerência e a rede TUR[30] no Estado do Paraná, que são aliados á Universidade de Maringá, além disso, estão constituindo o Fórum de Turismo regional e elaborando junto com todos os municípios da região Cone Sul, macroações turísticas. Em suas palavras:

---

[30] A gerente de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Itaquiraí, explica que a rede TUR é uma ONG que trabalha com regionalização turística.
Não foi encontrada nenhuma informação dessa ONG nos meios de pesquisas disponíveis.

> A idéia com a rede TUR é aproveitar do rio que também tem uma influencia muito forte no noroeste do Paraná, para desenvolver um projeto relacionado á pesca, isso já está quase fechado, que vai ser a tríplice fronteira entre os Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, já estamos discutindo calendários de festas ligadas á água, além disso, eles têm um projeto para vender pacotes turísticos incluindo a Praia da Amizade, ai devemos incluir a gastronomia, o artesanato, e o espaço, porque, eles não têm um espaço como o nosso, que une a água, a sombra, a areia, a infra-estrutura, então eles ficam extremamente empolgados, tudo isso nós vamos estar explorando o Parque Nacional de Ilha Grande, porque pra nós é um lote muito grande de divulgação, enfim, quem tem um espaço desse próximo não pode deixar de explorar, pois é um Parque conhecido nacionalmente, mas nós temos que respeitar o Plano de Manejo do Parque, então tudo isso nos estamos pensando e construindo.

A atividade turística em Itaquiraí, como esclarece Oliveira, 2009, não se restringe a essas propostas, contudo, para a área ribeirinha do município, a pesca, o *camping*, a gastronomia, a contemplação das “belezas” naturais, seriam os maiores atrativos. O turismo é visto no município como atividade econômica, promotora de desenvolvimento local, nas palavras da entrevistada: “estamos trabalhando com a diversidade da economia local, para não ficarmos tão vulneráveis á febre aftosa, à secas, estamos criando alternativas de desenvolvimento econômico, uma delas é o turismo”.

Com relação á clientela que se espera conquistar, Oliveira, 2009, afirma:

> Quando a gente pensa, a principio no turista, a gente não pode focar o turista que vem no Mato Grosso do Sul em alta escala, aquele que vem pra Campo Grande para ser distribuído pelo estado, porque ele vem pra conhecer o Pantanal, Bonito, o Trem do Pantanal, Corumbá, nós não esperamos que as operadoras atraiam para nós esse turista. Então nós temos que buscar um turista diferenciado para a nossa região Cone Sul, por isso estamos fazendo essa parceria com a rede TUR, para atrair o turista do Paraná, principalmente. Obviamente queremos atrair turistas de Dourados, Nova Andradina, ou seja, da região próxima de Itaquiraí, mas não podemos ficar só nisso, também. Então a gente tem essa conversa com a rede Tur para atrair turista do Paraná, e principalmente explorar a questão da pesca, porque é forte isso. O pescador, ele busca espaço, ele arruma dinheiro pra montar essas pescarias, então a gente foca muito a questão da pesca, não só no período de Itaquipesca, mas trazer o pescador pra passar finais de semana, e ai a gente tem algo melhor pra vender, que é a área da Praia da Amizade quando a gente tem uma estrutura que ele pode trazer a família pra aproveitar o final de semana, e ele ficar pescando, pois a maioria dos espaços não oferece isso. E do Estado de São Paulo também, por isso o projeto da tríplice fronteira, que está bem avançado essa discussão com o pessoal da rede TUR (noroeste do PR).

A gerente relata que a cidade é carente de infra-estrutura para receber o fluxo turístico, mesmo que ele seja pequeno, então ressalta: “não temos infra-estrutura pronta, por isso não vamos fazer loucura, são planos de longo prazo. Mas só pelo fato da gerência deixar estruturado o setor do turismo com um plano aprovado em Lei, a contribuição está dada ao município, os futuros gestores é que vão colocar em prática os planos”.

A esse respeito, a gerente afirma que há um empresário comerciante do município com grande interesse em investir na construção de uma pousada na região próxima ao rio Paraná, contudo, este espera por uma avaliação sobre os impactos ambientais e também o inventário turístico que irá ser realizado pela Fundação de Turismo do Estado, dentro do planejamento regional.

Sendo assim, o principal objetivo da gerência atualmente é de regularizar as áreas de APP, e de adequar os projetos turísticos á Legislação Ambiental e ao Plano de Manejo do Parque. A captação de recursos não seria um empecilho de acordo com a gerente.

O município de Itaquiraí possui partes de duas Unidades de Conservação, a saber, uma área de aproximadamente 926,3391 ha. correspondente á 17 ilhas no Parque Nacional de Ilha Grande, e também parte correspondente á Área de Proteção Ambiental das ilhas e várzeas do rio Paraná.

De acordo com a bióloga responsável pela gerência de Meio Ambiente, o município arrecadou no ano de 2008 R$ 411.141,40 (quatrocentos e onze mil, cento e quarenta e um reais e quarenta centavos), de ICMS ecológico, sendo que o Parque Nacional é o que mais pontua com relação ao seu índice no município.

Como afirma Bússolo, 2009, uma pequena parte desse recurso é utilizado para o pagamento de uma empresa terceirizada que presta serviço de limpeza pública para a prefeitura. No mais, são utilizados para o desenvolvimento de Educação Ambiental, recuperação de áreas degradadas, e na criação de novas Unidades de Conservação, além disso a porção territorial do Parque e da APA federal que pertence ao município devem ser sinalizadas com placas informativas e educativas. Em suas palavras:

> Estamos em processo de tramitação para criar mais algumas Unidades de Conservação no município, estamos avaliando o rio Amambaí para criar uma APA em conjunto com o município de Naviraí, Iguatemi, e com os municípios que o envolvem, estamos querendo criar consórcios ou coisa assim, para estar inter-relacionados, porque não compensa o município de

> Itaquiraí criar uma APA, o município de Naviraí criar outra, então é melhor trabalhar em conjunto, em nível de custo nos levantamentos, poupa tempo, e a gente está querendo casar as ações para criar uma Unidade só, mas isso está no papel ainda, estamos aguardando o levantamento da bacia do rio Amambaí, para propor. (...) há 04 áreas interessantes para serem criadas RPPNs, contudo é preciso incentivar os proprietários e estes devem enxergar as vantagens, como redução de impostos, facilidades para créditos, etc. (...) então quanto mais o município conseguir fazer de UC dentro dele, maior é o índice de ICMS ecológico e automaticamente a gente consegue fazer mais ações por conta do recurso que acaba entrando no município".

Desta forma o município se insere na região turística Cone Sul, e pretende dinamizar o setor valorizando os recursos naturais existentes em seu território, oferecendo hospitalidade e suas especificidades até então disponíveis. Afinal como é nomeada publicitariamente "a capital da Agricultura Familiar", possui entre outros atrativos essa característica de produção e de trabalho com base familiar.

3.3 O município de Eldorado-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno

O município de Eldorado possui aproximadamente 11.084 habitantes (IBGE-2006), seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.708 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Este município que também se delimita com o Parque Nacional de Ilha Grande apresenta uma característica estrutural semelhante a Itaquiraí, isso porque a cidade não possui também acomodações suficientes para atender turistas, apenas viajantes, vendedores e população local.

Os trabalhos de planejamento turístico vem sendo realizados em conjunto com os municípios que compõe a região, afinal, eles estão em fase de elaborar macro ações com o auxilio da Fundação Turística do Estado, por meio de oficinas.

A principio Eldorado está trabalhando com suas festas típicas, como a festa da melancia, a expo-eldorado, a festa do peixe no Morumbi, o turismo rural na Fazenda Caçula, e a gastronomia regional. A gerente de Meio Ambiente e Turismo[31]

[31] Edina Brindarolli, bióloga e secretária de Meio Ambiente e Turismo de Eldorado-MS. Concedeu a este trabalho uma entrevista no dia 26/02/09, formalizada a partir de anuência para publicação.

nos relatou que no salão do turismo, em Campo Grande, o município ganhou com o prato típico regional, Cabrito com pimenta rosa.

Na porção ribeirinha, Eldorado possui uma área povoada nomeada de Distrito Morumbi, onde se localizava o antigo Porto do município, também povoado no período de sua colonização, como o Porto Caiuá em Naviraí.

De acordo com um dos *sites* da prefeitura[32], o Morumbi trata-se de um antigo porto banhado pelo Rio Paraná que se encontra desativado. Atualmente o local é um Distrito de Eldorado denominado Distrito do Morumbi. Localizado a 20 km da sede do Município, o distrito já foi o local principal de entrada e saída de pessoas e mercadorias da região. Recebeu seus primeiros moradores a partir de 1954, em sua maioria, migrantes do Estado de São Paulo e Paraná.

> Foi nessa época que um Senhor chamado Leocíndio Batista, chegou ao porto e junto a outros empresários resolveu investir no local. Com o passar do tempo dividiram a região do porto em lotes com a intenção de torná-lo um município. Em entrevista com a Sra. Dair Brum Batista, esposa do Sr. Leocíndio Batista, este já falecido, nos foi relatado que na época em que seu marido chegou ao porto havia um residente no local, o Sr. Peruci que vivia em uma das ilhas próximas dali. Atualmente a ilha em que este senhor morava recebe seu nome. O acesso ao Porto Morumbi era feito, principalmente, via fluvial, mas havia também o acesso aéreo para pequenos aviões que aterrisavam em uma das ilhas do Parque Nacional da Ilha Grande, muito utilizado por colonizadores que vinham conhecer a região e adquirir terras. O porto não era apenas uma rota comercial, mas também um ponto de fluxo turístico. As pessoas que vinham ao rio Paraná visitar as famosas Sete Quedas, localizadas próximas ao município de Guairá, desciam da balsa no porto de Morumbi e seguiam de barcos até as quedas d'água. Ausentes a madeira e o palmito a atividade econômica voltou-se para a confecção de tijolos, através da exploração da argila. Tal exploração iniciou-se nas últimas duas décadas. Atualmente a principal economia local ainda é a confecção de tijolos. Existem no local três indústrias de cerâmica com produção de tijolos de 6 e 8 furos, e 12 olarias que produzem o tijolinho maciço, de forma artesanal. Há uma expectativa por parte da comunidade quanto a implantação do Núcleo de Artesanato em argila, pois representa oportunidade de gerar renda, possibilitando o crescimento e desenvolvimento da economia local. (www.revivendoeldorado.com).

O censo de 2000 do IBGE aponta uma população de 1.964 habitantes no Distrito Morumbi, contudo de acordo com a secretária de Meio Ambiente, o número de habitantes vem decaindo ao longo dos tempos, por conta das restrições de exploração da área.

A partir do referido *site*, encontramos imagens interessantes do antigo Porto, dentre elas a planta territorial do Distrito, com o loteamento realizado no

[32] www.revivendoeldorado.com. Acessado em maio/2009.

intuito de transformá-lo em uma cidade emancipada (Planta territorial em Anexo). E também imagens aéreas que nos mostram algumas das construções ribeirinhas.

Foto 23 – Imagem Aérea do Distrito Morumbi- APP Eldorado-MS.
Fonte: www.revivendoeldorado.com. Acessado em maio/2009.

Atualmente não se sabe o número de pessoas que ainda residem no Distrito, contudo, há uma estimativa de 80 famílias, de acordo com o *site* de noticias do Mato Grosso do Sul /2007 (www.portalms.com.br/noticias). Mesmo porque a Unidade Escolar Silo Vargas, do Distrito, de acordo com o *site* da prefeitura, vem desempenhando seus trabalhos nos três turnos desde sua inauguração em 1972.

> O prédio escolar fica situado no centro do distrito, favorecendo o acesso de alunos, funcionários e demais pessoas e é um cartão postal da localidade. A construção desta escola atendeu o anseio da população local em ter no distrito, uma escola bonita, bem localizada geograficamente e com ensino de qualidade, acessível a todos, pois atendeu, desde a sua inauguração, nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. Desde a sua inauguração até aos dias atuais foram quatro os diretores desta escola, a saber: Sidney Vargas Batista, Gilberto Dias Sampaio, Luiz Roberto Nogueira e Antonio Pinho. (www.revivendoeldorado.com)

Segundo o mesmo site, este nome Silo Vargas, foi atribuído à escola em homenagem a um dos fundadores da região, parente dos pioneiros deste distrito, morto em um acidente de avião na Fazenda Indiana, no atual Município de Mundo Novo-MS, em 04 de agosto de 1957.

Foto 24 – Imagens da Escola Silo Vargas no Distrito Morumbi.
Fonte: www.revivendoeldorado.com. Acessado em maio/2009.

Há também muitas casas de veraneio no Distrito Morumbi, de acordo com a secretária de Meio Ambiente, contudo, não se sabe concretamente o número. Segundo a entrevistada, além dos eldoradenses, há pessoas de Londrina-PR e São Paulo, que desfrutam desse ambiente em virtude da pesca.

A Gerência de Meio Ambiente e Turismo exerce na região um trabalho de conscientização com relação aos dejetos e resíduos sólidos que vão para o rio. Contudo, com relação especifica ao turismo ainda não existe um trabalho concreto, nas palavras da entrevistada: “há pretensão de contratar uma turismóloga para potencializar a área do Morumbi”. A secretária nos lembra que a área oferece

potencial para a pesca, náutica, *camping*, e até *rapel*. Em suas palavras: “o Morumbi, tem um potencial turístico muito grande, e isso é preciso ser trabalhado”.

Foto 25 – Imagem Aérea do Distrito Morumbi- APP Eldorado-MS.
Fonte: www.revivendoeldorado.com. Acessado em maio/2009.

A secretaria está no inicio de seus planejamentos turísticos, e a proposta para a área do Morumbi, é produzir artesanatos em argila, como ressalta Brindarolli, 2009, “já existe o núcleo de artesãos no Morumbi e um processo de licenciamento ambiental para a extração da argila”.

Além disso, os calendários de festas e eventos estão sendo planejados, de acordo com a secretária, para que a cada ano tenham maior participação do público, não só do município, mas também da região.

Outro objetivo da secretaria é promover visitação pública ao Parque Nacional de Ilha Grande, pelo acesso que o Distrito Morumbi oferece, nas palavras de Brindarolli, 2009: “Nossa região do Parque, são 28 ilhas, então se pretende promover a visitação a elas... isso são planos, nada concreto”.

Com relação á esse fato, Brindarolli, 2009, esclarece que o Instituto Chico Mendes, órgão administrador do Parque, estará orientando o município no processo de exploração turística do mesmo, bem como no investimento de ICMS ecológico dentro dessa Unidade de Conservação.

Eldorado possui quatro Unidades de Conservação, uma parte do Parque Nacional de Ilha Grande, com área correspondente á 3.619,47 ha. uma parte

da Área de Proteção Ambiental das ilhas e várzeas do rio Paraná (federal), uma Área de Proteção Ambiental do rio Iguatemi (municipal) e uma Área Indígena.

Devido a APA municipal, Eldorado pertence ao Consórcio Intermunicipal para Gestão da Bacia Hidrográfica do rio Iguatemi (CIABRI). Devido a APA federal, o município pretende aderir no futuro ao Consórcio Intermunicipal para Conservação do Rio Paraná e Áreas de Influências (CORIPA), pois como explica a secretária de Meio Ambiente:

> O CORIPA é um consórcio intermunicipal que atende os municípios que fazem parte do Parque no Paraná, e estamos num processo de conversação para fazermos parte desse consórcio, se inserirmo-nos nele, assim ele se tornaria um consórcio interestadual, para nos fortalecer e estruturar nossas ações referentes ao Parque. Um consórcio só de Mato Grosso do Sul, é preciso estrutura, de profissionais que componha o corpo técnico (engenheiro, biólogo, geólogo, entre outros), financeiramente não é viável. O CORIPA já tem 14 profissionais, já é bem estruturado, e tem experiência com ações ao Parque. Isso está em discussão. Ou fazemos parte do CORIPA, ou formaremos um consórcio dos municípios de Mato Grosso do Sul.

O município arrecadou no ano de 2008, um valor de R$2.225.344,63 (dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos), de ICMS ecológico. Desse valor, cerca de R$1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) foram recebidos pelo município, referente a sua territorialidade constituída com o Parque Nacional de Ilha Grande.

Quanto aos investimentos realizados pelo município do valor de ICMS ecológico, Brindarolli, 2009, nos diz que tais recursos são usados diretamente nas Unidades de Conservação. “No Parque, por exemplo, nós investimos em placas, identificando onde inicia e onde termina, e também placas identificando as ilhas”; no trabalho de Educação Ambiental junto ás escolas, a questão dos resíduos sólidos do município, “nós terceirizamos o serviço de limpeza pública do município”, manutenção da secretaria, recuperação dos córregos que abastecem o rio Iguatemi, entre outros trabalhos, nas outras Unidades, como plantio de árvores nativas, construção de curvas de nível, caixa seca, etc.

Eldorado, conhecida popularmente como a “capital da Melancia”, se insere na região turística Cone Sul, com o propósito de expandir seus festivais, valorizando a cultura regional, além dos recursos naturais existentes em seu território, dinamizando economicamente o município a fim de melhorar as infra-estruturas e criar novas possibilidades de geração de renda.

3.4 O município de Mundo Novo-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno

O município de Mundo Novo possuí aproximadamente 14.020 habitantes (IBGE-2006), seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.761 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Mundo Novo é o único dos quatro municípios que se delimitam com o Parque no Mato Grosso do Sul, que está situado na fronteira com a República do Paraguai e na divisa com Guaíra no estado do Paraná, ambos estão ligados, por via rodoviária, através da ponte Ayrton Senna, sobre o Rio Paraná.

A rede hoteleira do município é composta de oito hotéis de pequeno a médio porte, o maior deles dispõe em torno de vinte apartamentos e o menor, dispõe de oito apenas. Possui como em Eldorado, duas agências bancárias e seus restaurantes são também de pequeno porte.

No *site* www.ferias.tur.br/informacoes/4203/mundo-novo-ms, o município é apresentado de tal forma:

> Mundo Novo é uma cidade bem arborizada, ajardinada, pequena e convidativa. Em suas atividades econômicas destacam-se a pecuária leiteira e a produção moveleira. Seus arredores são privilegiados de áreas rurais e, parte de suas terras, é banhada pelo Rio Paraná, atraindo tanto os praticantes de esportes náuticos, quanto os pescadores e os amantes da natureza. A produção caseira de doces, queijos, compotas e carnes defumadas, desperta o interesse de residentes e não residentes no município.

Além do rio Paraná, de uma das áreas ribeirinhas do município e das áreas do Parque Nacional de Ilha Grande, é exposto pelo *site* www.mundonovo.ms.gov.br, como um atrativo turístico, o museu municipal Itapuy Porá, que é administrado pela própria prefeitura, foi fundado em 19/11/1998, construído em madeira com uma área de 360m2, e abriga um acervo de aproximadamente 350 peças, que expressa retratos da história da colonização local e regional. (fotos, maquinários e utensílios domésticos, equipamentos elétricos, entre outros). Dispõe de estacionamentos, sanitários e bebedouro de água.

Em Mundo Novo há três regiões ribeirinhas sendo usufruídas, pela população local e visitantes. Dentre eles, está o antigo Porto Fragelli, e o antigo Porto Izabel que são povoados com famílias pescadoras, cujos habitantes

residentes, segundo a secretária de Meio Ambiente do município[33], é reduzido atualmente, chegando em torno de quatro famílias em cada Porto. A foto 26 mostra-nos uma vista parcial do Porto Fragelli, com infra-estrutura para receber visitação.

Foto 26 – Porto Fragelli - APP em Mundo Novo-MS.
Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 210.

Embora esses antigos Portos sejam procurados para fins de Lazer e possuam em média vinte e cinco casas de veraneio, conforme explica a secretária, é em outro ponto do rio, na "prainha do Cascalho" que há maior concentração de pessoas nos finais de semana, feriados e dias similares.

A secretária nos explica que essas áreas que possuem infra-estrutura estão totalmente irregulares, são construções muito próximas da margem do rio, sendo que os antigos moradores já foram indenizados há alguns anos, e mesmo assim, tais proprietários venderam os lotes que amparam as construções de segundas residências.

A prefeitura tem recolhido o lixo dos locais e doado mudas de árvores nativas para recompor a mata ciliar. Não foi feito nenhum investimento da prefeitura nesses locais, a rede elétrica, rede de esgoto, bem como qualquer tipo de infra-estrutura que existe nessas localidades são investimentos privados. O *site* da

[33] Iana Aparecida Dalla Valle, bióloga e secretária de Meio Ambiente de Mundo Novo-MS. Concedeu a este trabalho uma entrevista no dia 26/05/09, formalizada a partir de anuência para publicação.

prefeitura municipal de Mundo Novo apresenta a área da prainha do Cascalho, descrevendo-a:

> Área particular de lazer, localizada à beira do Lago Itaipu, dotada de uma bela vista para a Ilha das Gaivotas, no Parque Nacional de Ilha Grande, nas proximidades da ponte Ayrton Senna e do município de Guaíra. No espaço encontram-se instalados churrasqueiras, lanchonetes, sanitários, estacionamento, quadras de vôlei e de futebol de areia, choupanas na areia da praia e área destinada para acampamentos. É atração, o passeio de barco à Ilha das Gaivotas, a 1500 metros de distância, em viagem com duração média de dez minutos, em embarcação náutica, possibilitando a visitação de recanto natural, formado por um banco de areia e localizado próximo ao Parque Nacional de Ilha Grande. O Rio Paraná, na divisa dos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, além da beleza natural, é muito procurado para a pesca esportiva, sendo que os peixes mais encontrados na região são o dourado, o jaú, e o pintado, e para a prática de esportes náuticos (canoagem, vela, jet-ski e esqui aquático). O empreendimento permanece aberto durante todo o ano, porém, no inverno (março a novembro), não oferece os serviços de bar, sanitários, água potável e energia elétrica. (www.mundonovo.ms.gov.br).

Por ser a principal área de lazer do município, é bem zelada a este fim, contudo a Área de Preservação Permanente do rio Paraná, que deveria compor a mata ciliar, é apresentada como uma área privada.

Foto 27 – Imagem da Praia do Cascalho em Mundo Novo-MS.

Fonte: www.jacareagora.com/eventos/prainha. Acessado em maio/2009.

Há como em Itaquiraí um campeonato de pesca, realizado na praia do Cascalho, de acordo com a secretária de Meio Ambiente, a festa é típica no município e atrai público da região do Paraná, cidades próximas do Mato Grosso do Sul e até do país vizinho, Paraguai.

A festa da pesca é realizada com competições do maior peixe, com sorteios aos participantes e com premiações aos pescadores mais idoso e mais jovem, geralmente a festa é promovida com parcerias entre a Prefeitura, o comércio local, instituições públicas e privadas da região, como a Itaipu, por exemplo.

Foto 28 – Imagens da Praia do Cascalho- APP Mundo Novo-MS.

Fonte: www.jacareagora.com/eventos/prainha. Acessado em maio/2009.

A secretária de Meio Ambiente nos esclarece que não há projetos sendo elaborados pela prefeitura a fim de promover a atividade turística para os locais, contudo há intenções futuras, em suas palavras: “isso é algo que o Prefeito atual quer fazer, mas acredito que para esse ano não devemos mexer com isso, (...) intenções nós temos, mas no papel não há nada ainda”.

Valle, 2009, relata que o Município de Mundo Novo possuí três Unidades de Conservação, partes do Parque Nacional de Ilha Grande, com 17 ilhas que correspondem a uma área aproximada de 1.450,22 ha, partes da APA Federal (APA das ilhas e várzeas do rio Paraná), e uma APA municipal que ampara o Rio Iguatemi, cuja extensão territorial abrange os 09 municípios que são banhados pelo rio, inclusive Eldorado. Por esse motivo o município de Mundo Novo faz também parte do consórcio intermunicipal CIABRI, a secretária ressalta que em sua opinião o ICMS ecológico foi o que alavancou a criação das Unidades de Conservação e por trás disso é que estão as questões ambientais com a preservação dos locais.

Quanto ao ICMS ecológico, a secretária explica que o valor depende do peso ponderado do Parque. Como as outras secretarias, também reclamou sobre o decréscimo do recurso, dizendo que o valor diminuiu cerca de 45% do ano passado para este ano.

Valle, 2009, explica que há uma avaliação qualitativa e uma avaliação quantitativa, a quantitativa refere-se à quantidade que o município tem de Parque em seu território. Já a qualitativa refere-se às ações ambientais que são realizadas pelo município, e outra questão importante, está relacionada com o bioma que compõe as áreas das Unidades de Conservação, em suas palavras: “hoje o peso ponderado do cerrado é 03, o pantanal é 02 e a mata atlântica é 01. O Parque antes, ele tinha um peso ponderado de 03 e caiu para 01, nossa briga ferrenha hoje é equipará esses pesos, pois não há lógica em dizer que a mata atlântica é menos importante do que cerrado, ou menos importante que qualquer outro bioma”.

O município de Mundo Novo arrecadou no ano de 2008 o valor de R$2.051.528,76 (dois milhões, cinqüenta e um mil, quinhentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos) de ICMS ecológico. Nas palavras da entrevistada: “(...) recebíamos em torno de 180 mil reais por mês no ano de 2008, e para esse ano o valor está em torno de 80 mil reais mensais, e dos valores recebidos, 68% refere-se ao Parque, por isso tudo o que se faz no Parque pesa muito mais para nós”.

Quanto aos projetos para este ano da secretaria, a entrevistada explica que para a APA Federal foi definido que em todos os municípios que a compõe (10 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul), se fará tais ações: “primeiro se fará um levantamento superficial de como está às propriedades dentro da APA, em seguida será feita à instalação de uma brigada no combate de incêndios, após, devemos colocar placas informativas ao longo da APA, e também fazer a divulgação da APA, pois muitas pessoas dos próprios municípios não sabem de sua existência”.

No Parque Nacional de Ilha Grande, de maneira particular no município será feito um levantamento fotográfico das ilhas pertencentes á Mundo Novo, com a produção de um vídeo, para divulgação das mesmas. Nas palavras da entrevistada: “faremos também por meio de um convenio com a UEMS, através de bolsas de iniciação científica, um catálogo ilustrativo ecológico dos peixes da lagoa Saraiva, e dentro do Parque e da APA municipal, iremos colocar placas informativas também”.

Outra ação seria a limpeza do rio Iguatemi até sua foz no rio Paraná (Porto Izabel). Além de variadas outras ações que serão desenvolvidas com o recurso de ICMS ecológico, nas palavras da secretária: “(...) é preciso registrar a partir de fotografias e relatórios, as realizações dessas ações constantes no plano de aplicação do recurso, para que o IMASUL, e os responsáveis pelas Unidades de Conservação, avaliem a fim de definir o índice anual de ICMS ecológico do município”.

Dessa forma Mundo Novo se insere na região turística Cone Sul, buscando valorizar sua história, sua cultura e também suas riquezas naturais, e assim dimensioná-las para atividades turísticas, potencializando a economia local. A publicidade maior esta relacionada com as festas promovidas pelo município, a festa das nações é a principal delas, onde o resgate da cultura torna-se fundamental, com apreciação dos costumes, vestimentas, artesanatos e pratos típicos de cada nação representada por seus descendentes que ali residem.

3.5 Analise das propostas turísticas para as áreas do Parque Nacional de Ilha Grande.

De maneira geral, são programadas para a área do Parque Nacional de Ilha Grande e seu entorno atividades turísticas voltadas para a contemplação das “belezas cênicas” ali existentes, com observação educativa da fauna e flora para

interpretação do ambiente natural, com recreação náutica, bem como atividades desportivas relacionadas á pesca, á exercícios como caminhadas por trilhas, canoagem com caiaque ou canoa, *camping*, flutuação, e até exercícios radicais como o *rapel*.

Em comparação com as mais variadas propostas que são citadas pelos representantes de cada município investigado, realiza-ser-á uma analise de como está sendo desenvolvida a atividade turística já implementada em Unidades de Conservação como essa de Proteção Integral.

De acordo com SILVA & SILVA, 2008, p.01, a política ambiental de criação e instituição de Unidades de Conservação, sejam elas de Proteção Integral ou Uso Sustentável, tem conseguido alguns resultados concretos quanto a atingir objetivos de proteção paisagística. Muitos países, explicam, “têm definido políticas públicas de conservação ambiental atreladas ao desenvolvimento de práticas turísticas, principalmente as modalidades vinculadas aos ecossistemas naturais e ao espaço rural”.

De forma generalizada os autores acima mencionados, afirmam que as Unidades de Conservação tem recebido constantemente pessoas que habitam em suas proximidades, que vão em busca de lazer, e turistas interessados em conhecer os atrativos naturais destes lugares.

Segundo os mesmos autores, a questão do lazer e do turismo em Unidades de Conservação constitui um dos problemas para sua gestão, pois, em muitos casos estas atividades são planejadas visando a mercantilização da paisagem pela atividade turística, e neste sentido as áreas das Unidades destinadas a atividade turística são produzidas de acordo com as normatizações especificadas pela atividade. Muitas vezes estas normatizações exigem transformações radicais no ambiente natural, com a sua artificialização, espetacularização e urbanização.

De forma geral, os impactos ambientais advindos do turismo ou de atividades ligadas ao lazer são causados pelo domínio do econômico na definição do manejo dos recursos naturais. DIAS, 2003, p.99, comenta que os impactos do turismo sobre o meio ambiente são inevitáveis, o que se pretende é mantê-los dentro dos limites aceitáveis, para que não provoquem modificações ambientais irreversíveis. Contudo, o autor afirma, o turismo tem um potencial de criar benefícios no meio ambiente e contribuir para a sua conservação, pois a partir da atração que exercem, os locais naturais são considerados de valor inestimável para a atividade.

Concordando com esta afirmação, a proposta que parece ser mais adequada é que as comunidades locais tenham o domínio sobre a prática turística, com a tentativa de manutenção, quando existirem, das práticas locais que permitiram a existência do lugar conservado.

De acordo com o SNUC (2000), as visitas dependendo dos grupos de Proteção (Integral ou Uso Sustentável), tem que serem feitas de acordo com as orientações do Plano de Manejo ou orientação dos órgãos públicos e quando forem em propriedades privadas (Reserva Particular do Patrimônio Natural), os proprietários tem o direito de estabelecer as condições de visitas.

Mesmo quando há essa implementação turística dentro de todas as legalidades e planejamentos dentro da Unidade, ocorrem eventuais falhas na proteção, organização e manutenção das áreas visitadas.

Tomemos como exemplo o Monumento Natural das Falésias de Beberibe no Ceará, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral criada em 04 de junho de 2004, através do decreto nº 27.461, pela necessidade de manter o ambiente preservado e regularizar a visitação pública que já estava sendo desenvolvida de maneira predatória no local.

A cidade de Beberibe-CE, atrai muitos turistas o ano inteiro, e possui como atrativo belas praias, dentre as quais se destacam a Praia de Morro Branco e a Praia das Fontes, nas quais se situa o Monumento Natural das Falésias de Beberibe.

De acordo com SILVA & SILVA, 2008, o município de Beberibe, distante a 83km de Fortaleza, abrange em seu território duas Unidades de Conservação: a APA da Lagoa do Uruaú e o Monumento Natural das Falésias de Beberibe, ambas, administradas pelo governo estadual, através da SEMACE (Superintendência Estadual do Meio Ambiente). Mesmo possuindo uma série de equipamentos turísticos na cidade e infra-estrutura capaz de acomodar o fluxo turístico em toda a região litorânea do Estado, a atividade não acontece como deveria no Monumento das Falésias. Como ressalta os autores:

> Beberibe é um dos municípios mais visitados por turistas no Ceará. Segundo os dados da Secretaria de Turismo do Estado (Setur) em 2005, o município foi o 5º mais visitado com 142.176 turistas (...). No tocante a infra-estrutura turística do município, as praias de Morro Branco e Fontes possuem bares, restaurantes e pousadas a fim de atenderem os visitantes, mas não só estas duas praias detêm estes equipamentos, outras localidades do município como Uruaú e Canto Verde atendem a demanda

> de visitas. (...) A beleza natural das praias de Beberibe, que talvez sejam a principal causa do grande volume de visitas, aliadas ao grande marketing existente na área, pois o labirinto das falésias com areias coloridas da praia de Morro Branco é o que os turistas mais procuram. (...) O que se encontra dentro do Monumento Natural é um sistema de placas informativas na entrada e durante a trilha que visa organizar os passeios e assim a preservação do meio ambiente das falésias. Encontram-se lixeiras e bancos (ambos de madeiras) durante o percurso, mas em número reduzido, principalmente as lixeiras. O local não possui nenhuma infra-estrutura que possa contribuir financeiramente para o monumento, mesmo assim a Unidade funciona todos os dias e está sempre aberta a visitação. SILVA & SILVA, 2008, p. 06 á 09.

Paisagens que atraem o fluxo turístico retratado (Foto 29), cujo processo é causa dos problemas incumbidos á conservação da Unidade, pois como declaram os autores, a área sofre com vândalos que insistem em riscar as falésias, com lixo que alguns visitantes jogam, e mesmo com fiscalização durante todos os dias para se evitar tais problemas, eles persistem.

Foto 29- Falésias de Beberibe - Praia de Morro Branco.

Fonte: pt.wikipedia.org/wiki/Monumento_Natural_das_Falésias_de_Beberibe

Apesar da paisagem ser o atrativo turístico de maior importância na área, ela acaba sendo desvalorizada pelas relações humanas que se desenvolvem no local.

> Após o decreto de criação do Monumento Natural, o turismo melhorou na área, havendo uma redução do número de impactos ambientais que ocorriam anteriormente nas falésias. Mesmo com este quadro, é visível a falta de infra-estrutura que se adeque a uma Unidade de Conservação que tem o costume de receber muitos turistas. (...) Durante a trilha observa-se a falta de algumas cercas que possam proteger os visitantes das escarpas das falésias que podem causar acidentes, em alguns pontos as cercas estão danificadas ou com avanço de dunas. (...) falta pessoal qualificado, (...) Verifica-se a necessidade de um ordenamento das visitas no Monumento, visto que é uma área aberta com fragilidades ambientais e deficiência de infra-estrutura (principalmente de placas) que possa melhorar a sinalização da Unidade de Conservação. (...) Não só o interior do Monumento precisa melhorar as atividades turísticas, mas todo o seu entorno precisa urgente de um ordenamento do turismo, pois o avanço da pressão imobiliária poderá comprometer a integridade e os objetivos de criação do Monumento Natural das Falésias de Beberibe. SILVA & SILVA, 2008, p. 13 á 15.

Nesse sentido os autores apresentam pontos positivos e pontos negativos, quanto á atividade turística em Unidades de Conservação.

Tabela 5 – Pontos positivos e negativos do turismo em Unidades de Conservação.

Pontos Positivos	Pontos Negativos
Possibilidade de uma maior integração das UCs com comunidades locais e com a sociedade mais ampla;	Necessidade de “sacrifício” de áreas para descanso, abertura de trilhas e acesso, construção de infra-estrutura etc;
Circulação de informação ambiental por meio de programas educativos e da própria visitação;	Pisoteamento, compactação, erosão na abertura de atalhos em trilhas;
Aumento da oferta regional de espaços de recreação e lazer;	Depredação da infra-estrutura, das árvores e das rochas por pichações ou coleta de *souvernirs*;
Adesão de visitantes às tarefas de fiscalização;	Deposição inadequada de lixo, que interfere na alimentação da fauna e polui solo e cursos d ´água;
Facilidade do controle sobre grupos organizados;	Distúrbio do ambiente sonoro, visual e olfativo da fauna, por barulho, excesso de cores e odores estranhos ao meio;
Divulgação da própria unidade e o estabelecimento de “redes” de interessados em sua manutenção.	Incêndios.

Fonte: Adaptado de SILVA & SILVA, 2008, p. 03.

Recentemente o Ministério do Meio Ambiente publicou o documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação”, o objetivo deste documento é apresentar um conjunto de princípios, recomendações e diretrizes práticas com vistas a ordenar a visitação em Unidades de Conservação.

De acordo com SILVA & SILVA, 2008, o que se almeja é que as Unidades de Conservação possam estabelecer um plano de gestão de visitas, que integre o visitante com a natureza, sem que haja modificações significativas.

No Parque Nacional de Ilha Grande, pelo que há estabelecido em seu Plano de Manejo, todas as regras e recomendações especificas ao Uso Público estão postas, contudo, devido à extensão da Unidade, poderá haver o não cumprimento das normas.

Nas Falésias de Beberibe o que tem intensificado os impactos é a grande pressão que a visitação sem controle exerce sobre o ambiente, além da falta de um acompanhamento profissional para guiar e orientar os visitantes e a falta de investimentos sobre as infra-estruturas existentes.

Por não possuir atrativos de excepcionais particularidades, o Parque Nacional de Ilha Grande certamente não possuirá um fluxo turístico comparável ao das Falésias de Beberibe, contudo o Parque deverá estar preparado, bem como as populações locais, para gerenciar e controlar as práticas turísticas.

Um outro exemplo tomado, este com uma maior semelhança paisagística ao Parque Nacional de Ilha Grande (Foto 30), é o turismo no Parque Nacional do Araguaia, no Estado do Tocantins.

Foto 30 - Parque Nacional do Araguaia-TO.

Fonte: br.viarural.com/.../**turismo**/**parque**s...**araguaia-tocantins**

O Parque Nacional do Araguaia foi criado em 1956, abrangendo parte dos municípios de Pium e Lagoa da Confusão no médio Araguaia no extremo norte da Ilha do Bananal. (Figura 6)

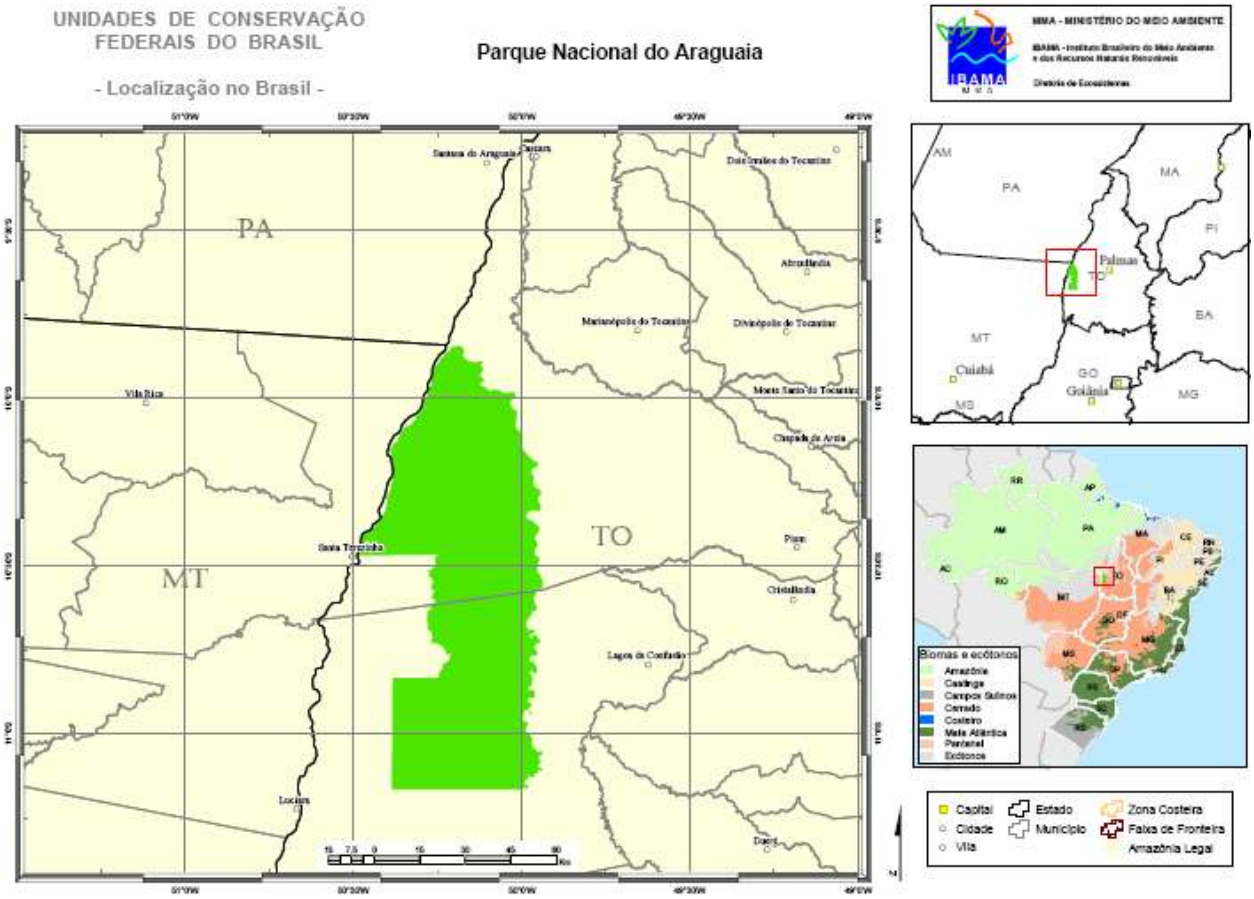

Figura 6 - Mapa de Localização do Parque Nacional do Araguaia-TO.

Fonte: www.ibama.gov.br Acessado em 15/06/09.

Sua Unidade de Conservação divide a ilha com reservas indígenas, entre as quais, a dos índios Carajás. A principal característica deste Parque é sua ampla rede de drenagem, formada por vários rios de grande e médio porte. Alguns rios formam belas praias, de areias claras e praticamente desprovidas de vegetação.

Durante a época das chuvas, a área fica toda recoberta pelas águas, com exceção da parte conhecida como Torrão, onde se situa a sede do Parque. A vegetação dos 562 mil hectares é bem diversificada, predominando os campos de várzeas inundáveis, com cerrados e florestas ao longo dos rios, onde são encontradas palmeiras típicas como maçarandubas, canjeranas e piaçavas e espécies como a onça-pintada, a arara-azul, o gavião real e a águia pescadora. A

fauna é rica e diversificada, apresentando elementos que habitam o cerrado e a região amazônica.

De acordo com a reportagem de Marcelo Russo/2001, na revista turismo, disponível *on-line*, o Parque enfrenta grandes problemas pela falta de demarcação das divisas com a área indígena - os índios alugam pastos para fazendeiros em área que faz parte do Parque Nacional, prejudicando a conservação das matas nativas, afugentando espécimes da fauna e trazendo o risco das queimadas.

Segundo o *site* www.amazonia.org.br, o Plano de Manejo desta Unidade foi elaborado em 1981 e o Plano de Ação Emergêncial elaborado em janeiro de 1995. A revisão do Plano de Manejo foi realizada em 1999/2000, contudo faltam recursos para a sua implementação.

Sendo assim a elaboração do documento não é garantia de um bom desenvolvimento quanto ao Manejo das Unidades. Sem a devida implementação às ações no interior da Unidade acontece aleatoriamente aos seus propósitos.

De acordo com a reportagem mencionada o Parque do Araguaia, não possui boas estradas para seu acesso, além de ser uma área localizada na fronteira agrícola do Centro–Oeste brasileiro. Faltam profissionais da área ambiental para fiscalizar o local, pois são áreas extensas e necessitam fiscalização, pois ocorrem muitos crimes ambientais como: pesca predatória, captura de animais silvestres, roubo de espécies vegetais, queimadas, poluição das águas, etc. A mesma reportagem apresenta como atrações do Parque:

> No Parque é possível percorrer estradas e caminhos existentes próximos à sede, fazer excursões terrestres e fluviais na porção oeste da Unidade, acompanhados por funcionários, com o intuito de observar e fotografar diferentes ambientes e paisagens, vários grupos de animais são vistos facilmente em abundância e espécies raras da flora. Nas proximidades do Parque Indígena do Araguaia há excelente ponto de observação astronômica: pôr-do-sol e praias fluviais no período de seca. (...) Em São Miguel do Araguaia é possível alugar um barco para conhecer de perto a rica fauna e o ambiente deslumbrante em toda a extensão do Parque (...). Oportunidades de visualização de mamíferos ameaçados de extinção como o tamanduá-bandeira, o cervo-do-pantanal, a ariranha e os botos que fazem um rebuliço nas águas do Araguaia, aves como a ema e a arara azul e ouvir o folclórico canto do uirapuru, só entre as aves são mais de 660 espécies. Entre os répteis é possível ver a tartaruga-da-amazônia, sucuris, jibóias e o jacaré-açu. (...) Visita as Tribos Indígenas - Devem ser autorizadas com antecedência pela FUNAI, em Gurupi ou em São Félix do Araguaia. Os índios Carajás, da aldeia Santa Isabel apresentam danças típicas aos turistas. (...) As praias formadas pelos rios que cortam o parque, em Tocantins, são de água doce, mas não ficam devendo em nada para o litoral brasileiro. (...) As vantagens são a limpeza e o visual. Se em uma

> praia do litoral brasileiro você encontra muitas pessoas, muito lixo - às vezes espalhado e sem tratamento - e um horizonte belo e interminável, nas praias do Araguaia é possível mergulhar na água doce, pegar uma cor na areia e observar a vegetação tipicamente amazônica, de um lado, e os contornos do cerrado, de outro. www.revistaturismo.com.br/Ecoturismo/araguaia Julho/2001.

São promovidos esportes como a canoagem e a pesca com a devida licença concedida pelo IBAMA, entre os meses de abril a setembro, no médio rio Araguaia, exterior aos limites do Parque Nacional.

Apesar das diversas divulgações encontradas *on-line* do turismo no Parque Nacional do Araguaia, e em todo o pólo turístico Araguaia – Tocantins, das diversas opções quanto a estadias no endereço eletrônico, ecoviagem.uol.com.br, nas cidades próximas e das agencias de viajem e turismo em Ilha do Bananal, o Parque não apresenta um controle, ou uma estimativa do fluxo turístico existente em sua área.

Com a pesquisa parcial sobre o Parque Nacional do Araguaia, percebe-se que as acomodações são suficientes para atender a demanda, mesmo não sendo evidenciado o fluxo de visitantes na Unidade.

O Plano de Manejo ainda não foi implementado devido principalmente aos conflitos sociais existentes e que por isso, e pelo difícil acesso ao Parque, suponha-se que o fluxo turístico não seja de grande porte como no primeiro exemplo em Beberibe-Ce, mesmo com a semelhança na falta de regulamentação da visitação pública e na falta de estrutura interna para melhor zelar das áreas apresentadas.

O último exemplo utilizado é o turismo implementado no Parque Nacional do Iguaçu, situado no extremo oeste do Estado do Paraná, considerado por CARVALHO, 2006, p. 175, o modelo de gestão pública de Unidade de Conservação com base em atividades licenciadas à iniciativa privada mais bem sucedido no Brasil. (Figura 7)

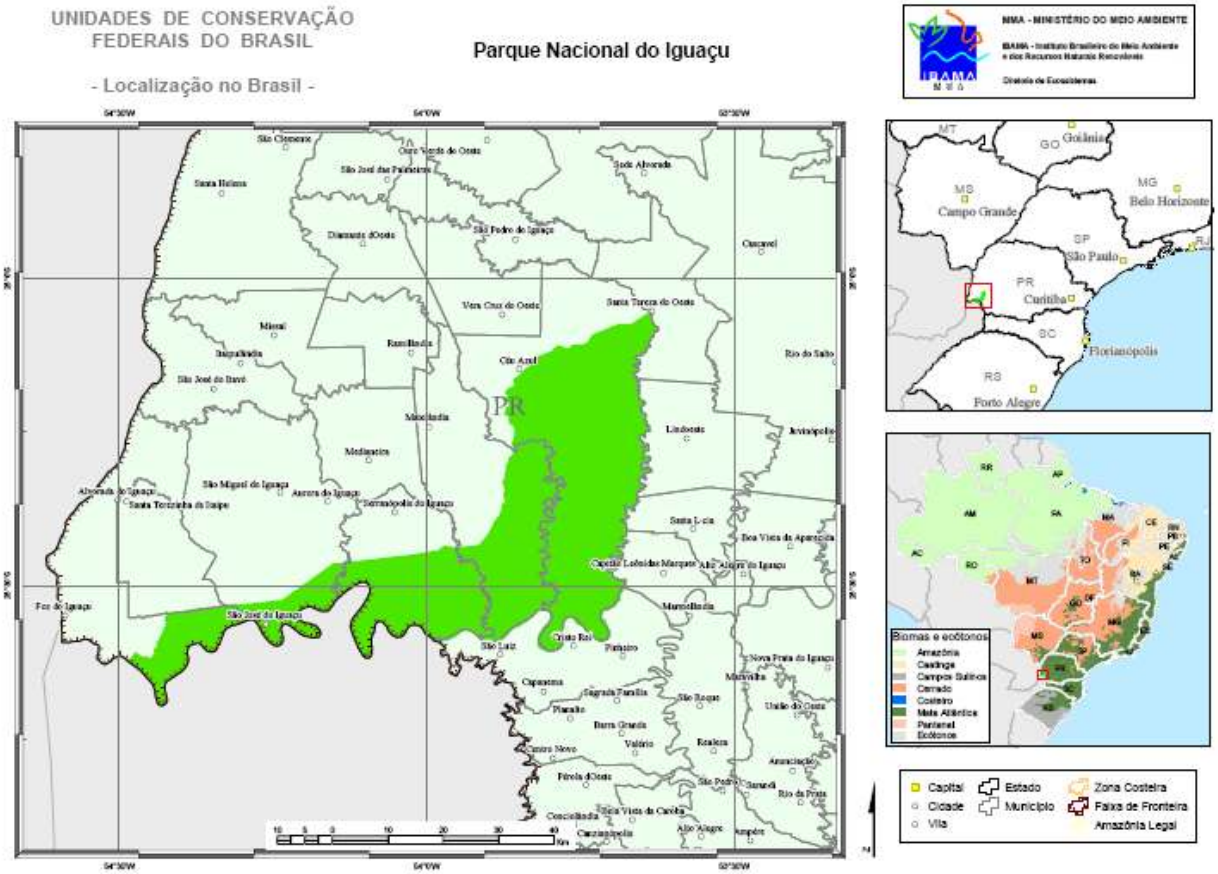

Figura 7- Mapa de Localização do Parque Nacional do Iguaçu-PR.
Fonte: www.ibama.gov.br Acessado em 15/06/09.

O Parque Nacional do Iguaçu foi criado em 10 de janeiro de 1939, através do decreto Lei n 1.035, foi o segundo Parque Nacional brasileiro a ser criado e atualmente sua área total é de 185.262,2 ha, o que representa a maior área remanescente de mata atlântica no Brasil. Embora criado em 1939, só em 1967 foram iniciados os trabalhos de levantamento fundiário e de demarcação dos limites, com identificação das propriedades, sua situação legal e as benfeitorias existentes.

De acordo com CARVALHO, 2006, p. 187, hoje a situação fundiária do Parque Nacional do Iguaçu está praticamente resolvida, restando apenas alguns ocupantes particulares em ilhas do Rio Iguaçu.

Segundo o mesmo autor, as Cataratas do Iguaçu (Foto 31) são o grande atrativo turístico do parque, o que, por si só, explica o grande número de visitantes – principalmente se comparado à maioria dos Parques Nacionais brasileiros – e sua situação diferenciada do ponto de vista da sustentabilidade

financeira. Assim, o fato de o PNI ter se tornado pioneiro no Brasil na concessão de serviços e atrativos turísticos está fortemente ligado à presença das cataratas e à atração que elas exercem.

Foto 31 - Parque Nacional do Iguaçu-PR.
Fonte: www2.fozdo**iguacu**.pr.gov.br/**Turismo**

As Cataratas do Iguaçu são, na verdade, um complexo de 275 quedas que se estendem por quase cinco quilômetros do Rio Iguaçu. Três quartos das quedas situam-se na Argentina e podem ser melhor vistas do lado brasileiro. São cercadas pelos parques nacionais de mata atlântica. No Brasil, pelo Parque Nacional do Iguaçu, e na Argentina, pelo Parque Nacional del Iguazú. É uma área com fauna e flora ricas.

Conforme o endereço eletrônico www.guiageo-parana.com, a região é uma das mais visitadas da América do Sul. Possui vôos diretos de várias capitais e é cortada pela movimentada rodovia Assunção-Paranaguá. Cerca de 700 mil pessoas visitam as cataratas, anualmente. Além das cataratas do Iguaçu e dos Parques Nacionais, a região oferece como atrativo a visitação a maior hidroelétrica do mundo - Itaipu; o Macuco Safári, com trilhas ecológicas e *rafting* pelo Rio Iguaçu; o Parque das Aves, entre outros.

O Programa de Uso Público do Parque Nacional do Iguaçu tem como objetivo implementar novas atividades, voltadas à recreação, interpretação e

educação ambiental, grande parte delas desenvolvidas por empresas concessionárias, sob monitoramento do Instituto Chico Mendes. Esse modelo de envolvimento e participação da iniciativa privada, em que ha operação e administração de certas áreas e atividades no Parque foram cedidas por meio de concessões, em processos licitatórios realizados entre 1998 e 2002.

> A implantação do modelo descrito só foi possível pelo fato de o Parque reunir um conjunto de condições adequadas: (i) maturidade do seu plano de manejo – a revisão em 1999 permitiu várias correções e ajustes ao antigo plano; (ii) viabilidade econômica, em função do histórico já elevado de visitantes do Parque – em 1990, esse número já era superior a 800 mil visitantes, tendo ultrapassado 1 milhão em 2005; (iii) equacionamento da questão fundiária, assim como da estrutura antiga de contratos permissionários, o que permitiu a implantação do novo modelo de concessões; e (iv) boa infra-estrutura externa de acesso ao Parque. Por meio dos investimentos privados, priorizou-se o estabelecimento de um novo padrão de atendimento ao visitante e obteve-se uma significativa melhoria na infra-estrutura turística do Parque. Resumidamente, tais investimentos disponibilizaram melhores condições de acesso ao PNI – com a construção de estacionamento, centro de visitantes e área de exposição ambiental – e maior gama de atividades de lazer e aventura, incluindo novos passeios/trilhas, restaurantes e lanchonetes, além de pontos de venda de produtos característicos do PNI e dos municípios onde está situado. Também introduziu-se o sistema de transporte interno, com uma linha de ônibus ligando as atrações do Parque, o que contribuiu para diminuir a poluição do ar e evitar o atropelamento de animais silvestres. CARVALHO, 2006, p. 188.

A sustentabilidade financeira do Parque, referida pelo autor, está relacionada a esse processo de concessão. A licitação da operação do Hotel das Cataratas, por exemplo, se tornar uma importante fonte de custeio de investimentos para o PNI. Conforme explica CARVALHO, 2006, p. 189, o imóvel, com 203 apartamentos, situado no interior do Parque, pertence ao Serviço de Patrimônio da União (SPU) e tem como atual concessionária a Rede Tropical, do grupo Varig. O edital, publicado em 28 de abril de 2006 no *Diário Oficial* da União, determina que o vencedor da licitação aplique aproximadamente R$ 25,5 milhões em novos investimentos no Parque, incluindo a construção de uma ciclotrilha margeando a estrada principal, o enterramento de toda a rede elétrica, a construção de um centro de recepção aos hóspedes, junto ao portão principal da Unidade, e o custeio de um projeto de pesquisa sobre os carnívoros do Iguaçu, previsto em seu Plano de Manejo.

De acordo com o autor, a maior de todas as concessionárias do PNI é a empresa Cataratas do Iguaçu S.A., responsável pela administração do Centro de Visitantes, do sistema de transporte e dos espaços Naipi, Porto Canoas e Tarobá. A

empresa entrou em operação no fim de 2000, após conclusão da primeira fase dos investimentos, que incluía o Centro de Visitantes e o Espaço Porto Canoas.

> As duas licitações vencidas pela Cataratas do Iguaçu S.A. totalizam 12 unidades de receita e abrangem 57 obrigações por parte da concessionária, a serem fiscalizadas (...). As principais fontes de receitas obtidas pela Cataratas S.A. no PNI provêm do estacionamento e da bilheteria. O estacionamento, que recebeu 32 mil veículos na alta temporada (somando os meses de janeiro, fevereiro e julho), custa R$ 11,00 (apenas para automóveis e *vans*, pois os ônibus não pagam). As faixas de preço dos ingressos, cujos valores são determinados pelo Ibama, estão atualmente fixadas da seguinte forma: R$ 12,50 para brasileiros, R$ 17,00 para residentes nos demais países do Mercosul e R$ 20,00 para visitantes de outros países. Há ainda o passe-comunidade, no valor de R$ 3,00 (50% para a concessionária, a título de remuneração pelo transporte, e 50% para o PNI). Esse passe, criado para aproximar o Parque dos moradores da região, (...). Do valor unitário do ingresso, R$ 5,00 são destinados à unidade de receita de transporte e R$ 2,50 à unidade de receita de bilheteria, de onde saem os recursos para manutenção de enfermaria, ambulância, seguro e outros, de responsabilidade da empresa Cataratas S.A. No período de 2001 a 2005, o Ibama arrecadou de receita, somente com os ingressos, os seguintes valores, já deduzido o repasse para a Cataratas S.A.: em 2001, R$ 2 milhões; em 2002, R$ 2,8 milhões; em 2003, R$ 6 milhões; em 2004, R$ 7,7 milhões; e em 2005, R$ 8,7 milhões. Em 2005, a Cataratas S.A. teve uma receita bruta total de R$ 22,6 milhões e repassou em torno de R$ 1,4 milhão à União (esse valor não inclui a receita da bilheteria anteriormente descrita). A empresa tem 210 funcionários e 50 terceirizados. CARVALHO, 2006, p. 192.

Além das duas concessionárias citadas, o autor apresenta outras empresas, dentre elas a Ilha do Sol Agência de Viagens Ltda., responsável pelo Macuco Safári, que oferece aos visitantes um passeio que se inicia com uma trilha de 3 km pela mata em jipes elétricos, caminhada de 600 m e subida no Rio Iguaçu em barcos infláveis bimotores.

Conforme explica CARVALHO, 2006, p. 193, o grupo composto pelas empresas Ilha do Sol e Macuco Ecoaventura faturou cerca de R$ 6 milhões no ano de 2005 e empregava no ano de 2006, aproximadamente 120 funcionários. A Ilha do Sol repassava nessa época ao Ibama, por meio do orçamento da União, o valor fixo mensal de R$ 60 mil e a Macuco Ecoaventura repassava o percentual de 3% sobre seu faturamento.

O autor ainda destaca o Consórcio Escalada Cânion Iguaçu que oferece atividades de *arvorismo*, *rapel*, *rafting*, *tirolesa* e escalada em rocha, tendo recebido sete mil turistas no ano de 2005. Do faturamento total, 3% foram repassados ao IBAMA, via orçamento da União. E também a concessionária Helisul que realiza sobrevôos panorâmicos no PNI desde 1972.

> A empresa dispõe de 23 helicópteros e realiza em média 45 vôos diários em Foz do Iguaçu. Em 2005, o grupo Helisul Táxi Aéreo Ltda. faturou cerca de R$ 25 milhões. No início de 2006 a empresa pagava ao Ibama R$ 16 mil mensais, mas vem negociando para que parte desse pagamento passe novamente a ser em horas de vôo para fiscalização do Parque pelo Ibama, como já ocorria anteriormente. CARVALHO, 2006, p. 194.

Segundo o mesmo autor o modelo implantado no PNI exige o aprendizado contínuo dos empreendedores privados e do órgão público para viabilizar uma operação lucrativa, que atenda, no entanto, aos objetivos maiores de uma Unidade de Conservação.

Do ponto de vista da hospitalidade, a região que abrange o PNI está bem organizada, possuindo hotéis capazes de atender a demanda, programas de educação ambiental, estrutura física e humana (pessoal especializado), atividades recreativas, etc. O questionamento sobre esse modelo está no processo de privatização do uso do bem público, ou seja, as cataratas e o Parque em si, são bens públicos, privatizados, sendo o seu uso definido pela capacidade de pagamento do visitante.

De acordo com a Chefe do Parque Nacional de Ilha Grande, a Unidade irá também passar por esse processo de concessão, a preocupação nesse caso é com a elitização dos lugares a partir da privatização das áreas públicas promovidas pelo turismo.

Leonhardt, 2008, afirma: “dentro de uma área federal existe um processo legal de concessões para a exploração turística, e garantir que o empresário regional ou que os pequenos empreendedores locais se efetivem nesse processo é incerto”. Continuando esclarece: “(...) a Lei de concessões não abre possibilidades para favorecimento regional, o principio jurídico desse processo é que qualquer pessoa pode participar (...)”. Por conta da insipiente demanda, como nos diz a Chefe do Parque, talvez não tenham grandes empresários de fora que se interessem em participar.

A realidade turística do Parque Nacional do Iguaçu levou muito tempo para se concretizar, além disso, o fluxo promovido pela principal atração foi o que viabilizou sua implantação, a realidade do Parque Nacional de Ilha Grande é diferenciada, mesmo usando idênticos métodos de execução da atividade turística, os resultados certamente serão diferentes, mesmo porque as atrações são diferentes.

Apesar de conceber de forma positiva a idéia do turismo para as áreas do Parque Nacional de Ilha Grande, Leonhardt, 2008, explica que não basta possuir um aspecto turístico excepcional, para que a atividade seja implementada de maneira gradativa, as localidades devem oferecer bem estar e satisfação á toda demanda, e afirma: “não estamos preparados para receber o turista”.

A partir do momento em que a atividade turística for planejada e praticada seguindo os princípios básicos de educação ambiental, conservação da natureza, valorização das manifestações culturais locais e envolvimento das comunidades locais, os impactos negativos gerados por essa atividade provavelmente serão minimizados e seus impactos positivos serão potencializados.